

des;idades



REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

22

ISSN2318-9282

número 22

ano 7

jan — mar 2019

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Heloisa Dias Bezerra

Paula Uglione

Renata Alves de Paula Monteiro

Renata Tomaz

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Adelaide Rezende de Souza

Ana Paula Oliveira e Silva Carneiro

Antônio Gonçalves Ferreira Júnior

Felipe Salvador Grisolia

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Melo

Lis Albuquerque Melo

Luísa Evangelista Vieira Prudêncio

Paula Pimentel Tumolo

Renata Tavares da Silva Guimarães

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Sofia Hengen

EQUIPE TÉCNICA

Arthur José Vianna Brito

Julia Oliveira Moraes

Leticia Rosa Machado

Maria Clara Teldeschi

Maria Luiza Vianna Werneck Pereira

Maryssol Monteiro Fernandes do Nascimento

Matheus Ferreira Apolinário

Túlio Ferreira Fialho

REVISOR

Welton Pereira e Silva

TRADUTORAS

Flavia Ferreira dos Santos

Karima Oliva Bello

Sofia Hengen

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Cristina Soares de Gouvea	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
María Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL	7
TEMAS EM DESTAQUE	
Morte e vida na adolescência: da dor e da delícia de ser jovem <i>Fátima Flório Cesar</i>	11
Os “estranhos na cidade”: a clínica e a atenção psicossocial num caso de vulnerabilidade social <i>Julio Cesar de Oliveira Nicodemos</i>	23
Tornar-se adolescente: o corpo como cenário <i>Susana Kuras Mauer</i>	33
Infância Mapuche: perspectivas do sofrimento psíquico perante a violência estrutural do neoliberalismo no Chile <i>José Ignacio Schilling Richaud</i>	42
ESPAÇO ABERTO	
O sofrimento psíquico de crianças e jovens nos dias atuais <i>ENTREVISTA DE Sonia Borge E Renata Monteiro COM Edson Saggese</i>	51
INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	
RESENHA	
Diversión, estudio y estilo. Identidades juveniles en una escuela, de Olga Grijalva Martínez. <i>RESENHA POR Erica González Apodaca</i>	63
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	68
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	74

Em tempos de grandes mudanças históricas e sociais, com consequências nas práticas e no laço social, encontramos-nos, hoje, num constante processo de elaboração de nossa posição na vida e resposta ao outro.

Há quase um século atrás, Freud já nos alertava para o “antagonismo irremediável entre as exigências do instinto e as restrições da civilização” (1987/1930, p. 68), ou seja, já nos indicava que o próprio fato de sermos obrigados à convivência coletiva implicava a existência de um mal-estar decorrente desta condição.

Entretanto, hoje, mais do que mal-estar, vemos tomar força discursiva expressões como “*transtornos*”, “*depressão*”, “*sofrimento psíquico*”. Em que momento e por que o mal-estar está tomando os contornos de sofrimento para os sujeitos no contemporâneo? Sofrimento que vem sendo, cada vez mais, tratado sob a ótica da doença e da medicalização.

O risco da patologização e conseqüente medicalização da existência ganha contornos mais preocupantes no que concerne às crianças e jovens. Se tomarmos os problemas de aprendizagem que crianças apresentam na escola como sintomas que se mostram como resposta do sujeito, não cabe o tratamento a ser oferecido, ser aquele que comporte a adaptação ou apagamento dessa resposta. Se ater ao imperativo da demanda “da criança ideal”, “do jovem adaptado”, implica no risco de se apagar o essencial, isto é, o lugar do sujeito.

Ao mesmo tempo, como ignorar os diferentes fenômenos e novos comportamentos presentes hoje na cultura, nas escolas, nas famílias, e que chegam à clínica e interrogam o sujeito, sua relação com o outro e com o mundo que o cerca?

Em seu primeiro número, de dezembro de 2013, já acenando para a importância dessa discussão, a DESidades trazia o artigo “Controle e medicalização da infância” no qual as autoras asseveram que a medicalização e seu subseqüente papel de controle e submissão, encontra nas crianças e adolescentes seus alvos preferenciais de padronização, normatização e homogeneização, utilizados para transformar as dificuldades do viver em distúrbios físicos e psicológicos.

Especificamente em relação à medicalização da vida de crianças e adolescentes, ocorre a articulação com a medicalização da educação na invenção das doenças do *não-aprender* e com a medicalização do comportamento. A medicina afirma que os graves – e crônicos – problemas do sistema educacional seriam decorrentes de doenças que ela, medicina, seria capaz de resolver; cria assim, a demanda por seus serviços, ampliando a medicalização (Moysés; Collares, 2013, p. 15).

Essa edição da revista DESidades se propõe a trazer a discussão sobre o sofrimento psíquico de jovens e crianças a partir da contribuição de psicanalistas do Brasil,

Argentina e Chile, convidados a compartilhar conosco suas experiências, intervenções e análises sobre essa questão.

No artigo, “Morte e vida na adolescência: da dor e da delícia de ser jovem”, a partir de uma “frase repetida incontáveis vezes” em um tratamento, acompanhamos o trabalho de Fátima Flório Cesar no tratamento de uma jovem de 14 anos de suportar seu sofrimento – nomeado como “vazio estranho” – e evitar o “deslizar para fora da vida”. Tal qual Sherazade em “Mil e uma noites”, acompanhamos o trabalho da analista em prolongar a vida da paciente através do convite a que ela conte sua história. Neste convite, a analista nos alerta para a necessidade de se “levar a sério” a fala da jovem e como a preocupação, a urgência e o empréstimo de um desejo de vida são necessários para esta clínica.

Julio Cesar Nicodemos, na seqüência, no artigo “Os estranhos na cidade: a clínica e a atenção psicossocial num caso de vulnerabilidade social”, novamente nos alerta para a importância de que o jovem seja “escutado a sério”. Em seu trabalho, discute a situação dos “adolescentes em conflito com a lei” que, como um dos grupos sociais presentes na cidade e, que a interroga em seus valores morais, legais e normativos, “permanecem como alvo do encarceramento das instituições a partir de saberes que exercem o seu poder de controle”. A partir do referencial do campo da atenção psicossocial, vemos que mesmo no cenário pós Reforma Psiquiátrica, observamos ainda a existência não só de instituições, mas de lógicas discursivas institucionalizantes e produtoras de segregação. Acompanhamos sua experiência como parte de um dispositivo da rede de atenção psicossocial do município de Niterói, Rio de Janeiro, no acompanhamento de uma “experiência clínico-política” junto a esses adolescentes, na sustentação de uma escuta clínica que dá lugar à diferença que esses sujeitos apresentam.

O corpo adolescente é o objeto de discussão de Susana Kuras Mauer, psicanalista argentina. Em “Tornar-se adolescente: o corpo como cenário”, vemos uma discussão realizada a partir de alguns recortes clínicos sobre o corpo e a adolescência nos tempos atuais marcados pela predominância das relações e comunicações virtuais. Segundo a autora, sua hipótese defendida é que “o corpo adolescente, talvez, encarnou no último tempo esse efeito de desenraizamento, o produto de uma ruptura da comunidade social”. Assim, a partir do referencial deleuziano, indaga sobre o “devir adolescente” e lembrando que, como qualquer processo de subjetivação, o tornar-se adolescente, não pode ser reduzido ao individual uma vez que sua produção é sempre social e coletiva. Nesse processo, o corpo ganha lugar central como “quadro da subjetividade, desenhado, marcado, manipulado e oferecido como imagem virtual”.

Na mesma direção da relação intrínseca entre o individual e o coletivo, José Ignacio Schilling Richaud discute a relação entre sofrimento psíquico e violência estrutural (principalmente as relações de dominação e exploração) trazendo a situação da infância Mapuche em seu trabalho “Infância Mapuche: perspectivas de sofrimento psíquico perante a violência estrutural do neoliberalismo no Chile”. A infância aqui apresentada está referida tanto à dimensão cronológica do momento de vida de um indivíduo – a criança propriamente dita – como também à dimensão de tempo lógico, dos primeiros

tempos constitutivos do psiquismo. O autor compartilha conosco situações de violações de direitos pelas quais passam crianças Mapuche, consequência direta do processo de colonização chileno, e faz o esforço de articular seus efeitos na constituição psíquica dessas crianças, notadamente, no processo identificatório, uma vez que os referenciais familiares, paternos, comunitários passam a ser vistos como algo vergonhoso, a ser ocultado, a partir do discurso neoliberal. Neste esforço, o autor parte de conceitos de Freud como narcisismo, identificação, ideal do eu e os aplica a esse caso particular do “sofrimento indígena”.

Por último, o psiquiatra e psicanalista, Edson Saggese aceita o convite da editoria da revista para uma conversa sobre o estatuto do sofrimento psíquico de crianças e jovens nos dias de hoje. A partir de seus 40 anos de experiência na clínica com esses sujeitos, no campo da saúde mental, Edson reflete sobre os fenômenos clínicos próprios a essa faixa etária problematizando e refletindo sobre especificidades e características próprias ao momento atual, assim como, convocando e lembrando a responsabilidade que pais, familiares, escolas, profissionais da saúde e a sociedade como um todo possuem com esse endereçamento feito por crianças e jovens.

Mais do que uma posição alarmista ou epidêmica, esta edição teve como objetivo principal promover a discussão sobre questões que nos cercam, seja em nosso âmbito familiar, seja enquanto profissionais, mas no convite a que possamos avançar e dar lugar ao que acontece hoje, sem cairmos no perigo de uma posição saudosista. Nas palavras de Edson,

Tanto do ponto de vista de que adolecer se torna algo mais difícil, ao mesmo tempo, isso não é um discurso absolutamente pessimista, porque se é mais difícil, também é um sinal de que nós atravessamos dificuldades no nosso processo civilizatório e a resposta virá dos jovens. A resposta não virá do passado.

Por fim, apresentamos também a resenha do livro “Diversión, estudio y estilo. Identidades juveniles en una escuela”, de Olga Grijalva Martínez, feita por Erica González Apodaca. Temos também o prazer de apresentar aos leitores o levantamento bibliográfico de 56 obras publicadas na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de Dezembro de 2018 à Março de 2019.

Boa leitura!

Renata Alves de Paula Monteiro
Sonia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORAS ASSOCIADAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In:_____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1987 (Original de 1930 [1929]). v. 21. p. 67-148.

MOYSÉS, M. A.; COLLARES, C. A. L. Controle e medicalização da infância. **DESidades, Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, Rio de Janeiro, n. 1, dez. 2013. Disponível em: <http://desidades.ufrj.br/featured_topic/controle-e-medicalizacao-da-infancia/> Acesso em: 3 abr. 2019.



IMAGEM: PxHere

Morte e vida na adolescência: da dor e da delícia de ser jovem

Fátima Flório Cesar

Era com a frase repetida incontáveis vezes: “Fico aqui só até o fim do ano”, que Ana, 14 anos, alertava-me sobre seu flerte com a morte, convocando-me a estar atenta, solicitando-me uma vigília preocupada e um estado de devoção ante a ameaça de que, a partir de um inesperado/esperado anunciado inscrito nos cortes incessantes no braço jovem, irremediavelmente jovem, viesse a deslizar para fora da vida. Também a mensagem repetida tinha múltiplos sentidos: era a chance que me dava até o fim do ano, era o prazo que me dava.

Antes de vê-la, encontro com a mãe, que me relata sobre a tristeza da filha e isolamento na escola, sobre um período há dois anos, ocasião em que já se cortava, quando então tivera indicação psiquiátrica para antidepressivo, e iniciara uma psicoterapia. Na entrevista, espantam-me as risadas sem propósito da mesma em meio a falas tão sérias. Por maior que fosse a negação que me era apresentada, o riso estranho me alertava de que algo também não ia bem com essa, quiçá com a família, algo da ordem da cisão. E as cisões me assustam, distintas do recalçamento¹, são fendas ocultas que repentina e silenciosamente podem vir a lançar os corpos vivos para um nunca mais (da morte psíquica ou da morte morrida – aquela que todos tememos, a morte do perder de vista, do deixar de existir). Mas dei-lhe tempo, ofereci-lhe a hora necessária para que um broto de confiança se tecesse. Assim, o sério fez sua aparição: a mãe me relata que, aos 15 anos, tentara suicídio, não era para valer, tenta nos tranquilizar (a ela e a mim), fora por ingestão de remédios psiquiátricos e, embora não “tivesse sido pra valer”, fora o suficiente (penso eu) para sofrer uma parada cardíaca. O avô, ele também com depressão, fora internado e morrera. Avisa-me, assim, entredentes, nas entrelinhas, que pesadas nuvens de morte e desalento pairam sobre a história familiar.

Recebo Ana e é só de morte e tristeza que me fala, queixas dos pais que não levam a sério sua dor, que empurraram florais que para nada serviram. Pais que ama, mas com quem não quer contato e nenhuma conversa. Nenhuma palavra mensageira de promessa de compreensão pode advir deles e, sobretudo, nada, nada faz sentido. Está no limite de algum penhasco que me assombra e me chama a um cuidado mais que atento. Estou ao seu lado, desde o primeiro encontro, levando-a a sério, pois é isso, entre outras necessidades, que precisa, além de, fundamentalmente, ser compreendida. Estou ao seu lado, na beira desse penhasco que seduz para a morte, Shererazade contando histórias, para que sobrevivamos, vivamos, lançando uma corda que a salve do poço profundo. Chora muito e o que me lembro desses primeiros contatos é o anúncio da morte planejada, do repúdio em relação aos pais, do lamento de que a vida nada significa. Flerta com a morte, essa atração que a morte exerce nessa passagem de quase púbere à recém-adolescência. Não sabe dizer o porquê do *cutting*²,

1 Nas patologias neuróticas, o mecanismo de defesa principal é o recalçamento, quando representações (ideias) ligadas ao desejo são enviadas ao inconsciente. Assim, o reprimido ou recalçado tende a retornar sob a forma de sintomas que podem ser: ou histéricos ou fóbicos ou obsessivos. A cisão é um mecanismo de defesa que caracteriza modos de adoecimento não-neuróticos: o eu se divide e uma parte se mantém desconectada da outra. Como, por exemplo, no caso de Ana: o “riso estranho” e fácil se mostrava incompatível com os pensamentos melancólicos.

2 Chama-se assim uma moda entre os adolescentes que consiste em se cortar, infligindo uma ferida com lâmina, faca ou objeto afiado, deixando marcas na pele. Alguns especialistas afirmam que a razão é encontrar alívio psicológico através da dor física. Considera-se que eles são mais propensos aqueles que tendem a depressão, angústia, isolamento psicológico.

apenas que são incessantes, “quer ver?” Digo que sim, sou mesmo tomada por grande preocupação, repito o entendimento do quão difícil deve ser viver-não viver assim. Logo, estamos juntas e seu braço exposto ao meu olhar: com alicate, são inúmeros os cortes feitos, sangra na pele, na roupa, esconde o moletom de manga comprida. O ritual se repete: “Continuo me cortando. Quer ver?” Demonstro preocupação, sinto que é isso que necessita, entre outros tantos pedidos em véus envoltos, esperando que brisas de esperança descubram o que se mantém oculto. Brisas, não ventanias, porque é preciso delicadeza suficiente para não desmascará-la e, ao mesmo tempo, força e tônus para ajudar a mantê-la do lado da vida, protegida por um contorno que talvez os pais tenham falhado em propiciar.

Ana repete inúmeras vezes que os pais fazem todas as suas vontades, se orgulha de já ter conhecido 14 países e conta que, desde os 10 anos, vai sozinha aos médicos, nutricionista e, quando agora vai ao psiquiatra, este, ao se espantar de vê-la sozinha, liga na casa, onde o pai estava, chamando-o para a consulta. Pedidos nunca negados de serem satisfeitos: quer de tudo o melhor, roupas estrangeiras, bolsa de 4000 reais, tudo *top*, cabeleireiro de estrelas em Nova York, o céu é o limite para sua avidez raramente detida pelos pais. Ri, risadas que mesclam dor e ironia, além de uma estranha satisfação: “eu sou mimada”, me diz em quase todas as sessões, me comunicando dessa forma que um tudo tóxico/intoxicante proveniente dessa profusão de mimos materiais a lança ao nada. Começo então a compreender suas queixas de vazio, vazio-horror, “vazio estranho”, me diz, pois é um “vazio barulhento”.

Primeiro ato: “Fico aqui só até o fim do ano”

É repetindo: “Fico aqui só até o fim do ano”, que Ana, insistentemente, inocula em mim um sentido de urgência e de temor por sua sobrevivência. Urge, é verdade, que se costurem desde sempre e, assim continua no decorrer de nossa história, esses retalhos esgarçados do tecido vital, estilhaçados e espalhados: que dor escolher, entre tantas herdadas ou próprias, nessa espécie de inventário de imprecisões e quedas? Urge, é verdade, que se recolham do solo abismal, pedaços dessa existência desmantelada. Mas, devo sublinhar que, nesse primeiro movimento na minha direção, o que arde em eloquência é o suicídio anunciado. Um primeiro momento em que acredito que sua vida está em risco para além da morte psíquica, pois temo que seu corpo adolescente ceda à tentação de não-viver. Lança-me de mares gelados e entre risos insensatos, desses difíceis de entender, mensagens em garrafas de naufraga que é, com pedidos de cura e salvação. Recolho nas areias de nossos primeiros encontros essas cartas endereçadas a alguém que devesse reconhecer, nos anos recentes de sua puberdade e adolescência nascente, as dores enunciadas em altos brados de tristeza e reclusão. Garrafas ao mar para que alguém avisasse aos pais de seus riscos, de seu não-viver, da gangorra enlouquecedora entre tanto-sentir e nada-sentir.

Como resgatar a menina dos braços da morte: dos ataques corporais às ideias de suicídio

...Moro no ventre da noite:
Sou a jamais nascida.
E a cada instante aguardo a vida.
Profunda é a noite onde moro.
Dá no que tanto se procura.
Mas intransitável e escura

Cecília Meireles

O *cutting* nos intriga – como diz BOLLAS (1998, p. 107), a “própria palavra nos dando uma facada em nossa paz mental”: esse cortar que, num acordo silencioso, mais comum em mulheres, leva-as quase em uníssono a tentativas de dar sentido: “é melhor doer aqui, diminui a dor na alma, alivia”. Vai nesse caminho-despenhadeiro de explicações, cujo maior desespero é a enorme dificuldade de transpor o vivido sensorial para uma dimensão simbólica. Não é apenas epidêmico: se cabe, por um lado, à Ana, algo apenas seu nos movimentos de automutilação; por outro lado, também outras tantas inúmeras adolescentes se lançam ao cortar-se; sendo assim, se apresenta realmente como quase epidêmico; o que me intriga deveras. Olho, de um lado, a dor intransferível de Ana e, de outro, seu pertencimento a um grupo que se identifica pelos mesmos rituais em torno da morte. No dizer de BOLLAS (1998, p. 108):

Parece que sempre somos capazes de lidar com um simples mutilador, mas agora uma nova preocupação surge: as mulheres entram em competição, desafiando-se umas às outras, cortando-se mais profundamente, ampliando o ferimento para o “corpo político”, pois todos nos preocupamos que uma de nossas mulheres - estou falando, naturalmente de nossas pacientes - poderá ferir-se e marcar nossa cumplicidade, união com este ato de... Ato de quê?

Sim! Ato de quê? O que se libera junto ao sangue: como destrinchar essa estranha mistura? Antes de propor qualquer univocidade, precisamos pensar que estamos prioritariamente fora do campo do recalçamento: aqui, a clivagem domina e debruçamos na tentativa de deciframento de vivências que tiveram extraviadas seu sentido. O não sentido pulsa aqui, com seu poder disruptivo, carecendo de simbolismo. Fica-nos como tarefa complexa e paradoxal uma escuta polifônica: de um lado, reconhecer esses movimentos/atos/paralisações do adolescente como retornos do clivado, acolhendo o “não sei” e a repetição do vazio traumático.

Se, por um lado, os ataques ao próprio corpo pouco ou nada significam, de outro, podem vir a constituir uma escrita na pele com endereçamento, resguardando assim algo de comunicação. O corpo adolescente é objeto de sofrimento: “trata-se de lutar contra tensões que lhe colam à pele” (DAL PONT, 2009, p. 167). Corpo também odiado, porque é objeto de transbordamento. A relação com o corpo ganha gravidade se não puder ter sido mediada pela relação primária com a mãe e, depois, pelos laços com

o ambiente. Articulam-se assim o desafio próprio do eclodir pubertário com as falhas iniciais, aquelas concernentes a experiências de extremo abandono ou extrema invasão vividas pelo bebê.

Atuar sobre o corpo pode ser também compreendido como uma passagem para a atividade de algo vivido passivamente, tentando dessa forma escapar da impotência a que são submetidos através de ataques diretos “a envoltórios corporais” ou ao se exporem a riscos. Depois dos comportamentos de automutilação, tem-se a sensação de recuperar o domínio sobre essa violência externa e sobre esse corpo-odiado, pois objeto de transbordamento. Mas o alívio é breve, o traumático insiste, repete-se o ataque ao próprio corpo, tanto como insistência no domínio quanto como em casos em que se preserva algo de simbólico, comunicação ao ambiente primariamente traumatofílico. Deriva-se daí a dimensão de endereçamento.

O endereçamento refere-se às múltiplas fontes traumáticas – aquela do próprio corpo invadido por desafios do enfrentamento da sexualidade, mas também à fragilização do vínculo com os pais. O adolescente precisa ser apoiado por estes para que possa completar sua constituição narcísica, ou seja, sua confiança frente a si mesmo e aos laços parentais – tanto os que se referem aos pais reais, quanto às imagens interiorizadas dos mesmos.

Embora se mantenham como comportamentos de risco, vê-se nos atos a busca de pertencimento a grupos, à “turma dos deprês”. Essa busca de grupos de referência, própria da adolescência, ganha aqui um apelo dramático, porque são referidos a desencontros traumáticos com o ambiente primário, o que vem dificultando ou mesmo impedindo a renovação dos laços intersubjetivos.

Soma-se ao mal-estar do adolescente em integrar seu corpo sexuado a uma problemática da relação com os objetos primários: a ausência de cuidados maternos em sua função de contenção; perturbações severas nas identificações com a mãe; ausência ainda de um objeto paterno. Se, por um lado, as marcas do corpo podem vir a significar tentativas de reconstrução psíquica-corporal, esses comportamentos sobrevivem com referência a violência nos apegos, a uma pregnância do traumático na relação objetual, o que remete a uma dinâmica de domínio no laço intersubjetivo. Sua paradoxalidade destaca a importância de conceber a subjetivação na adolescência como uma “intersubjetivação”. Em outras palavras, o adolescente não se torna adulto sozinho, mas na relação com os demais: com os pais; com os pares; com a sociedade como um todo.

As automutilações são ainda gesto impreciso, hesitante do adolescente que espreita a catástrofe final sob a forma de tentativa de suicídio. Recorrendo ao texto de Winnicott (1994), “O medo do colapso”, podemos articular as ideias de morte projetadas para um futuro ou presente próximos, a uma morte já acontecida na primeiríssima infância, o que Winnicott denomina de “morte psíquica” (ibid., p. 74). A catástrofe ao final é reencontro com a das origens: pensam no suicídio como solução, isto é, “no envio do corpo a uma morte que já aconteceu na psique” (ibid., p. 74). O suicídio, não como resposta, mas como gesto de desespero.

A morte, encarada desta maneira, como algo que aconteceu ao paciente que não era suficientemente maduro para experienciar, tem o significado de aniquilamento. É como se desenvolvesse um padrão no qual a continuidade do ser fosse interrompida pelas reações infantis do paciente às intrusões (*impingements*), com estas sendo fatores ambientais que se permitiu invadirem por falhas do meio ambiente facilitador (ibid., p. 75).

Refletimos sobre o suicídio, remetendo-o às fraturas do início: assim pensa Winnicott e, como veremos adiante, Dolto nos auxilia ainda nesta mesma direção, ao refletir sobre o desejo de morte na adolescência.

A vulnerabilidade de Ana, mesmo que posteriormente a esta fossem somadas forças vitais, foi e continua sendo pano de fundo, forração pantanosa, capaz de expô-la aos mais diversos riscos. A fragilidade de Ana pode ser assim descrita por Dolto (1990, p. 19-20):

Para melhor entendermos o que é a privação, a fragilidade do adolescente, tomemos o exemplo dos lagostins e das lagostas quando perdem sua casca: nessa época, eles se escondem sob os rochedos, o tempo suficiente para segregarem uma nova casca, para readquirirem suas defesas. Mas se, enquanto estão vulneráveis, forem golpeados, ficarão feridos para sempre, sua carapaça recobrirá as cicatrizes, jamais se apagará. Nesse momento de extrema fragilidade eles se defendem dos outros, ou através da depressão ou através de um estado de negativismo que agrava ainda mais sua debilidade.

Dolto destaca que há adolescentes que têm sadiamente ideias de suicídio e outros que podem tê-las de maneira mórbida, quando desejam realmente chegar ao ato de morrer. As primeiras, correspondendo ao imaginário; sendo que a fronteira entre ambas é muito delicada. O adolescente precisa de um ouvinte, é uma idade de sofrimento, porque é uma idade de mutação. Continuando:

É como uma borboleta que sai da crisálida. Essa comparação é válida na medida em que o recém-nascido morreu para alguma coisa a fim de renascer para outra; o adolescente também morreu para a infância. Ele está na crisálida, não tem nada para dizer a alguém, está no seu banho. Se a gente abre uma crisálida, só encontra água. O adolescente está no nível zero e as palavras não tinham o mesmo sentido que tinham antes. Amar, nada significa. “Amar é me chatear, meus pais me amam, e me chateiam, eles me vigiam, me perseguem”. Amar, é desejar fisicamente (ibid., p. 120).

Se a fantasia do suicídio no adolescente é imaginário, é portanto natural. Já com o suicida em potencial, com seu desejo de levar a termo, estamos frente à doença, à morbidez. Este revive o não-desejo de que ele imagina que seus pais tiveram quando nasceu. Nem todos conseguem concretizar essa fantasia e os que quase chegaram a concretizar, acreditavam que eram demais nessa família. Dolto se refere à culpa por terem nascido: o suicídio agradando à mãe (dentro deles) que não estava feliz por vê-los nascer. Recorrendo ainda a Dolto (ibid., p. 122):

O ato remonta ao nascimento. Não havia, na hora do parto, alguém que tivesse uma expressão de alegria ao vê-lo nascer. Mas isto não lhe foi dito. Está gravado no

umbigo de sua alma. No suicídio, é na falta de qualquer possibilidade de esperança, de alegria, de estima por si mesmo, que isso acontece. Então, quando fantasia o suicídio, sente uma espécie de prazer de posse sobre si mesmo. Vai brincar com sua vida. O adolescente deleita-se com a ideia da morte e da emoção dos outros a quem fará falta: é vivida como enterro de sua infância, de seu modo de ser. É ao mesmo tempo, uma nostalgia do que ele vai deixar. Se chega a crer que ninguém será afetado pelo seu desaparecimento, e se em sua primeira infância não teve verdadeiramente uma pessoa que influenciasse o sentido de sua vida pelo amor que teve por ele, então ele pode partir para a ação, depois de um certo tempo de alucinação pelo suicídio, que nem sequer lhe proporciona o prazer da nostalgia pela pessoa que chorará por ele.

Como já foi falado, se a adolescência é naturalmente travessia turbulenta nesse enfrentamento da morte da infância, aqueles que foram sujeitos ao que Winnicott denomina “desilusão precoce” (1994, p. 17), que foram significativamente “desapontados”, no sentido de terem sido traumatizados por um padrão de fracassos ambientais, têm suas personalidades estruturadas em torno de defesas de qualidade primitiva, tais como a cisão, sujeitos que foram expostos a falhas na aquisição da confiabilidade pessoal necessária para um estado de “rumo à independência”.

Estes terão que pisar em terrenos mais pantanosos e movediços e precisarão de se apropriar de suas forças vitais para vencerem os comportamentos de risco, a iminência de colapsos, os negativismos e retraimento. Recorro novamente a Dolto (1990, p. 14-15):

As que, na partida, não consumaram a ruptura que realiza a tomada de autonomia, que pisam com bloqueios nesse terreno de instabilidade e de fendas que é a adolescência, serão menos favorecidas do que as outras, mas todas precisarão de toda sua vontade de viver, de toda a força de seu desejo de se realizar para enfrentar essa morte da infância.

Resta ressaltar meu interrogar sobre a imprecisão das fronteiras que separam as fantasias, do desejo de morte de Ana. Qual a extensão de sua vontade de viver? Como ela se manifesta, embora de modo tortuoso, como veremos adiante? Não há como negar seu adoecimento, mas será mesmo uma suicida em potencial? Oscila entre o morrer e a vida, anuncia a morte como encenação da dor e, ainda, clamor para que curem suas feridas. A indiscutível fragilidade lado a lado com seu deleite em pensar na falta que fará. Precisa enterrar a infância, mas não sabe como. Como fora saudada ao nascer? O que estará gravado no umbigo de sua alma? Quanto de seu desamor próprio, de sua descrença em relação à sua bondade terá sido inscrito desde os inícios? Como fora recepcionada, afinal?

A aparição do corpo

Apresento, dessa forma, minha história com Ana, não porque as dores e manifestações de conflitos e desencontros consigo mesma tenham seguido uma ordem. Logo nesse primeiro momento, em que os sentimentos depressivos se revelavam na superfície (da pele, do corpo, da falta de sentido), tudo surgiu ao mesmo tempo (exceto a

comunicação a respeito da bissexualidade); mas sou levada à proposição de uma organização forçada, como se esta fosse um contraponto à “desarrumação” extrema em que se encontra, própria da adolescência, aqui conduzida a fronteiras de confusão e desassossego. Assim, o corpo já está presente desde o tempo dos inícios, mas nessa passagem turbulenta para os anos seguintes, os ataques corporais e as ideias de suicídio anunciavam a convocação à cena da importância da reedição da problemática da personalização, das tarefas conseqüentemente enfrentadas e soluções sintomáticas, estas procuradas como saída para os dilemas tanto subjetivos como intersubjetivos.

Portanto, quando falo de “aparicação do corpo”, não quero dizer que este estivesse ausente, mas pretendo destacar a relação entre a bulimia e o desafio de reapropriação de uma imagem corporal transformada.

Ana é vegana, justificando sua opção através de um discurso em que defende os animais mais do que alguma preocupação com a saúde. Há poucos anos, estava com sobrepeso, fizera uma dieta, emagrecendo 10 quilos. Pergunta-me insistentemente, ao relatar que comia 600 calorias por dia, controlando quase que obsessivamente o que ingeria: “você acha que era anorexia? Você acha que era anorexia?” Percebo uma certa excitação nessas perguntas sobre possíveis diagnósticos: Ana parece se sentir aliviada se reconhecida adoecida. Vejo aqui, por um lado, uma demanda intensa de ganhar visibilidade em sua dor, mas, ainda, frente à precariedade de modelos com que se identificar no âmbito familiar, é como se “grudasse” nas manifestações psicopatológicas próprias da adolescência contemporânea: depressão, *cutting*, ideias de morte e bulimia. É a encenação da dor e, entretanto, é dor, pois como diz o poeta: “finge sentir que é dor, a dor que deveras sente” (Pessoa, 1987).

Agora, apesar de restringir-se a alimentos veganos, Ana mostra ter prazer em comer, não raro, chega à sessão comendo algo ou se queixando de fome. Para manter o peso, recorre então ao vômito, segundo ela, várias vezes ao dia. “Manter o peso” é decerto o motivo manifesto; todavia, como vê seu corpo, a insatisfação com o mesmo, suas percepções, o corpo-inimigo-odiado como ela em seu autodesprezo, a busca de controle onipotente entre o que “entra” e “sai”, a relação com o feminino, conseqüentemente com a mãe, são algumas de outras tantas questões que atravessam a “via-crúcis” de seu corpo adolescente.

A exibição do corpo, fotos com lingerie, biquínis e maiôs também explicitam de outro lado o interesse e apreço por esse novo corpo e suas transformações, nutre intensa ambivalência, portanto, pois as novas formas também são vividas como invasões: o corpo adolescente sendo assim vivido tanto como ansiado como persecutório. O corpo admirado (embora negue, espreita-o no espelho, nas fotos, nos olhares alheios) também se lhe é imposto, fugindo ao seu controle. A bulimia surge, entre outros sentidos, como tentativa onipotente de “moldá-lo”, conter os prováveis excessos derivados da avidez, “retirar as curvas”.

Embora afirme enfaticamente que é feminina, a recusa das curvas apontam para uma recusa da feminilidade e, assim como na anorexia, tal recusa pode ser remetida à recusa da mãe. Como afirma Fortes (2008, p. 146):

Ao tentar apagar todos os contornos arredondados femininos de seu corpo, a menina quer minimizar dessa forma a invasão da presença materna. Dolto mostra como se trata de uma perturbação da relação entre a menina e a mãe, que será desdobrada para a relação entre a menina e o alimento, e para a menina e seu espelho.

Mas vejo em Ana, como já foi apontado, uma ambivalência ou mais, uma invasão de sentimentos controversos, pois o corpo reto que anseia é o corpo da mãe; este, entretanto, feio. Busca a mãe e a repudia. Quer a presença daquela, capaz de autorizá-la a viver, mas ainda diferenciar-se do traumático que une as duas (ideias de morte, depressão, a vivência de rejeição na chegada à vida). O comportamento bulímico e as ideias a ele relacionadas não visam ao apagamento da feminilidade, esta veementemente “defendida”, mas a conquista de um modo próprio de ser feminina, de ter um modo de ser com uma configuração única de subjetivação.

Ana arrasta a infância como ânsias não suficientemente saciadas: o arcaico se mesclando aos dilemas que envolvem o corpo adolescente. Realmente, algo de muito primitivo une-separa Ana de seus objetos primários, especialmente da mãe. Chega às sessões repetindo: “sou uma bebezona. Durmo cedo e acordo cedo”. “Sou mimada. Minha mãe faz tudo pra mim”. Comunicações como essas me alertam sobre o que faltou, assim como um pedido-necessidade de cuidados de contorno, limites e de dispositivos de contenção. Solta pelas ruas, cuidando (?) de si sozinha, faltaram-lhe as vozes parentais, atos, presença, sustentação capazes de propiciar/auxiliar na configuração de um funcionamento psíquico que prevalecesse o recalçamento. Quer comer e não engordar, tudo de marca (a narcisação possível?), quer passar de ano sem estudar (é quase certo que repetirá de ano e me pergunta se ela pode se negar a repetir). Misto de transgressões e de busca identitária através de ideários (que a ligam a determinados grupos), tais como a legalização do aborto, a legalização da maconha, a defesa frenética de opções sexuais ilimitadas; tudo isso acrescido à relutância à elaboração do luto da onipotência infantil. São agora outros caminhos por onde vem adentrando e que relato a seguir.

Segundo ato: A encenação da dor

Ana atravessou um tempo de invisibilidade e reclusão, negada em suas dores pelos pais e isolada na escola. Com o apelo endereçado àqueles, mais a atenção vigorosa tanto minha quanto do psiquiatra, abriram-se novos caminhos, para nossa surpresa, já que trouxeram mudanças num tempo curto demais para alguém que se mostrava envolta em tristezas tão intensas.

A dor, embora inegavelmente verdadeira, também é abrigo: modo de ganhar uma face própria; lugar conhecido; modo de chamar olhares; de pedido de ser compreendida em suas ânsias indefinidas. Como no dizer da poeta:

Bendito sejas, meu pesar interno, /embora sempre me martirizes! /Bendita a dor que no meu ser atua. /Porque, apesar de tudo, a dor é boa /para quem a ela se habitua. /A dor antiga é uma dor amiga, /dói pouco a pouco, não magoa quase. /A dor inesperada é a maior dentre as dores, /vem com toda a violência das vinganças (Machado, 2017, p. 207)...

Devemos também pensar os adoecimentos na adolescência atual seguindo modalidades de um caráter epidêmico (vide a série de suicídios e sintomas que se repetem, como venho falando). Assim, junta-se o individual com suas tendências a forças anti-vitais dentro do contexto intersubjetivo familiar, com o cenário ampliado das contingências históricas de miséria simbólica e consequente ausência de mediação capacitadora de transição dos afetos em estado bruto para elaboração e transformação dos psiquismos na direção da saúde e de processos criativos.

Depressão, *cutting*, ideias suicidas, vazio, bulimia. Depois de curto tempo, se declara bissexual. Surpreendo-me e relaciono o quadro múltiplo de sintomas e queixas às manifestações da adolescência contemporânea e, numa primeira conclusão, a ser sempre revisitada, penso na dor de Ana como própria, mas ainda como (e já venho acentuando tal percepção) recurso extremo a modelos identificatórios, mesmo que encerrem enredos de vazio e morte.

O humor de Ana se alterou radicalmente: de isolada, passa a ter contato constante com as meninas “nunca patricinhas”, passa a sair, longas conversas em *WhatsApp* ocupam seus dias. Parara de se cortar depois de dois anos de ferir-se incessantemente.

De um falar constante sobre desejo de morrer e que “nada faz sentido”, passa a um humor quase eufórico ancorado na declaração de que iniciou nova fase em seu percurso de encontros/desencontros/desastres/perdição; enfim, ilimitados modos de ser que comunicavam tanto recursos de saúde quanto adoecimento. Fala-me, espreitando minha reação e em tom peremptório: “sou bissexual”.

Desde então, é no cenário das questões sexuais que se enredam tanto os enigmas em relação à sexualidade quanto a emergência de uma configuração identitária. Pois passa a ser nesse novo campo que continuam ainda em pauta os dilemas (não apenas quanto à efervescência pulsional) ligados ao arcaico e ao vir-a-ser.

Ana se deleita em se apresentar “bissexual”, algo de vida emerge, e logo se envolve com outra menina. Blos (1962) afirma que, no início da adolescência normal, a ilusão da bissexualidade é mantida, mas tem que ser renunciada para ser substituída pela assunção de um sentimento de posse de um corpo feminino ou masculino. Faz parte dos lutos enfrentados pelo adolescente o luto pela onipotência da bissexualidade. A este também, Ana resiste a abdicar, afirmando reiteradamente: “não sou lésbica”, “gosto de meninos e meninas. Mas as meninas são mais bonitas. A outra menina, “estão namorando” – diz com orgulho – a outra, sim, é lésbica. Estou apaixonada? Me pergunta mais uma vez sem saber de si, mais uma vez também querendo saber de mim, se a compreendo, se estou atenta. Eis aí uma busca especular: o reencontro com o feminino perdido ou nunca encontrado, derivado das lacunas e vazio, ânsias insatisfeitas brotadas do colo materno por vezes árido, por vezes promissor de dádivas sob a forma de “tudo poder”.

Eu quero você viva

Alternam-se dias de tormenta com calma, a instabilidade sempre mostrando sua face: a face do precário, do “por um fio”, das águas rasas às abissais, do vôo ao peso. Assim, chega a outro momento em tamanho desalento e não quer falar o porquê. Desconfio que, quando sua rede (esburacada) de cuidados (as amigas e o crush) vacila, por pouco, talvez apenas um dia sem contato, a ameaça de despencar acena, ressurgindo as ideias de morte. Apenas repete que quer morrer, sua cabeça dói, ri e chora, como sempre enroscada nessa rede de confusão de emoções e pergunta se pode fazer algo. Ofereço papel, caneta, tinta, argila. Escolhe esta última e faz silenciosamente e com delicadeza uma cabeça sem corpo. Uma plaquinha embaixo tem escrito: “Eu quero morrer”.

Eu – O corpo dá trabalho – digo. (Mas Ana não reage)

A -- É uma cabeça. Sou eu.

Eu – A cabeça dá trabalho. (Sim, já chegara a dores na cabeça trabalhosa)

A – É. Minha mente dá trabalho. Eu dou trabalho.

Eu – É: você está viva. Quem está vivo dá trabalho.

A – Você já teve algum paciente que se matou?

Eu – Não! Graças a Deus! É terrível!

A – Deve ser muito triste!

Eu – Eu quero você viva!

(Nossa última sessão antes de uma semana minha de férias.

Eu quero Ana viva e o que mais pode nos unir tão fortemente?)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOS, P. **On Adolescence: A Psychoanalytic Interpretation**. New York: Press of Glencoe, 1962.

BOLLAS, C. Flagelação. In: _____. **Sendo um personagem**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998. p. 107-113.

DAL PONT, I. J. O corpo como lugar de uma escrita. In: Centro de Estudos Freudianos; Escola de Estudos Psicanalíticos; Association Lacanienne Internationale (Orgs.). **A criança e o adolescente no século XXI**. 1. ed. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2009. p. 167-175.

DOLTO, F. **A causa dos adolescentes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

FORTES, I. A adolescência e o corpo: considerações sobre a anorexia. In: CARDOSO, M. R.; MARTY, F. (Orgs.). **Destinos da adolescência**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2008. p.139-151.

MACHADO, G. **Poesia Completa**. São Paulo: Selo Demônio Negro, 2017.

MEIRELES, C. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

PESSOA, F. **Obra Poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987.

WINNICOTT, D. W. A defesa maníaca. In: _____. **Textos Selecionados: da Pediatria à Psicanálise**. Trad. de Jane Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993 (Original de 1958). p. 247-267.

WINNICOTT, D. W. Desilusão Precoce. In: _____. **Explorações Psicanalíticas**. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994 (Original de 1989). p. 17-21.

WINNICOTT, D.W. O medo do colapso. In: **Explorações psicanalíticas**. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994 (Original de 1989). p. 70-76.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o sofrimento na adolescência, que vem se apresentando sob a forma de comportamentos de risco: depressão, ideias e tentativas de suicídio e ataques corporais. Destaco que esse breve estudo partiu da incidência numerosa de suicídios e auto-mutilações que vêm ocorrendo nos últimos anos. A articulação entre algo de caráter epidêmico e a singularidade do adoecimento desses jovens que chegam aos consultórios conduziu-me a recorrer ao relato da história de Ana com seu desamparo e busca de identificação com grupos que se organizam em torno do mortífero. Por outro lado, a atenção aos movimentos de vida e anseio por pertencimento faz-se necessária, reconhecendo aí uma busca por um encontro vitalizador com a analista e uma inserção na vida através dos laços com os pares que comungam de ideais e idiomas subjetivos comuns. O desejo de vida por parte da analista se alia assim aos recursos de saúde da paciente.

Palavras-chave: adolescência, suicídio, *cutting*, desamparo, busca de pertencimento.

ABSTRACT

This article intends to reflect upon the subject of suffering during adolescence that has been presenting itself through risk-taking behaviors: depression, suicidal thoughts and attempts, and attacks on the body. It is worth to mention that this brief study stems from the high incidence of suicide and self-harm in the last years. The articulation between the epidemic characteristics and the singularity of these young patients' mental illnesses has led me to resort to Ana's story, her helplessness and identification with groups organized around death. On the other hand, it is necessary to recognize the signs of life and the longing for a sense of belonging in the search for a revitalizing meeting with the analyst and a place in life through ties with peers who share ideas and a subjective language. Thus, the analyst's desire for life and the patient's coping resources become allies.

Keywords: adolescence, suicide, cutting, helplessness, search for a sense of belonging.

DATA DE RECEBIMENTO: 05/09/2018

DATA DE APROVAÇÃO: 02/12/2018



Fátima Flório Cesar

Psicóloga, Psicanalista, pós-doutoranda em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil. Autora dos livros: “Dos que moram em móvel-mar: da elasticidade da técnica psicanalítica” e “Asas presas no sótão: Psicanálise dos casos intratáveis”.

E-mail: fatacesar@gmail.com



IMAGEM: Pxhere

Os “estranhos na cidade”: a clínica e a atenção psicossocial num caso de vulnerabilidade social

Julio Cesar de Oliveira Nicodemos

O processo de Reforma Psiquiátrica teve seu motor inicial através da desmontagem dos manicômios e a invenção de novos dispositivos de cuidados territoriais para a loucura. Nesse percurso, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), não sem a participação de muitos psicanalistas, surgiram, proporcionando acolhimento e modos verdadeiramente potentes de tratamento daqueles que até então só encontravam como destino as longas internações psiquiátricas, além de permitir uma intervenção que mudou em muitos aspectos o modo como a *pólis* compreende a loucura. Entretanto, consideramos que este processo permanece em sua trajetória inicial, possuindo um longo percurso a ser trilhado e com inúmeros desafios.

Não é fato desconhecido para nenhum de nós que, além da loucura, outros modos de existência e de sofrimento tiveram (e ainda têm) os mesmos destinos dos loucos, porém, em instituições que, a priori, não estavam sob a cobertura dos cuidados da psiquiatria manicomial: leprosários; asilos para *tuberculosos*; *aidéticos*; prisões; abrigos para crianças abandonadas; dentre outras destinadas àqueles alijados do convívio na cidade. Contudo, verificamos, ao longo de um árduo trabalho clínico com diferentes populações (dentre elas os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas), que as institucionalizações desses sujeitos surgem nesse processo como o efeito de saberes que operam numa mesma lógica discursiva e que são promotores de segregações, seja através do confinamento de sujeitos em instituições fechadas, seja a céu aberto, até mesmo nos próprios serviços de atenção psicossocial.

Verificamos ainda hoje que os sujeitos considerados estranhos à cidade, ou seja, aqueles que interrogam a cidade em seus valores morais, legais e as fantasias atravessadas pelos ideais de *bem-viver* a partir de seus comportamentos, frequentemente os sujeitos psicóticos e/ou os usuários de drogas, permanecem como alvo do encarceramento das instituições a partir de saberes – em destaque, o saber médico-jurídico –, que exercem o seu poder de controle, algo já descrito por Michel Foucault como o biopoder, em seu livro *História da Sexualidade I, A Vontade de Saber*.

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (Foucault, 1988, p. 132).

Jacques Lacan, psicanalista que fez um importante retorno a Freud, já nos apontava, em seu *breve discurso aos psiquiatras*, de 1967 (ao abordar a formação dos psiquiatras de sua época), que o saber psiquiátrico é apenas mais um nessa série de saberes que opera a partir de uma mesma lógica dos saberes que buscam o controle dos corpos na cidade e que, nesse caso, responde pelos efeitos de segregação. Lacan nos diz que há outros discursos bem construídos e que surgem nas formações (humanistas, muitas vezes) como um verdadeiro *desfile de circo*, correndo um atrás do outro e que nada querem saber daquilo que concerne ao sujeito do inconsciente.

Há uma segregação (conceito que inclui o termo institucionalização como um de seus efeitos, mas que também está além destes efeitos) que acontece no campo dos discursos proferidos na cidade e não apenas através das instituições que “acolhem” esses sujeitos

(instituições hospitalares, de cumprimento de medidas socioeducativas, abrigos da assistência social etc). Ou seja, antes do processo de institucionalização desses sujeitos em lugares específicos, a segregação acontece através daquilo que se diz sobre eles e através de saberes já existentes que servem mais para o controle de seus corpos no meio social e menos para acolhê-los em suas singularidades. Queremos dizer com isso que há uma espécie de *etiquetamento* por parte dos operadores desses saberes existentes para que, através de seus rótulos, cada vez mais, os fixem em determinadas nomenclaturas que os segregam e lhes conferem uma espécie de essência, como se o mal localizado em seus corpos por esses saberes constituíssem o ser, uma espécie de essência, dos mesmos, impedindo-os de vir a se posicionar no mundo através de outras possibilidades de laço social e potências de vida.

No caso dos *adolescentes em conflito com a lei* (considerando que o *conflito com a lei* não é uma especificidade apenas desses adolescentes, mas de todo sujeito neurótico), fala-se muito nas políticas públicas sobre a necessidade da oferta de uma escuta em diferentes pontos da rede (desde os CAPS, abrigos, conselhos tutelares, CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) até as instituições do DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas). Entretanto, verificamos, na prática, que essa escuta está restrita a um trilhamento de pré-suposições sobre suas vidas, que buscam apenas atender das suas necessidades sociais mais imediatas até as supostas carências afetivo-familiares, não se escutando a sério cada um. A partir dessas escutas, marcam-se seus corpos com novos significantes que variam entre o saber pseudocientífico do DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) até entendimentos socioassistenciais variados, isto quando não impregnam seus corpos com ansiolíticos diante de seus comportamentos transgressores (prática comum ainda em muitas instituições do DEGASE).

O que não é comum nisso tudo é encontrarmos alguma escuta, a partir da transferência¹, que possa responsabilizar um sujeito sobre o seu destino (obviamente, diferenciando a ideia de responsabilidade da ideia de culpa, ou seja, que ele possa decidir um pouco mais sobre seu destino sem ficar fixado nas marcas estigmatizantes presentes em sua vida), uma escuta minimamente clínica que possa colocar em jogo aquilo que é da ordem do inconsciente, portanto, aquilo que constitui a vida subjetiva de cada um e que, muitas vezes, traz consigo as marcas estigmatizantes que impuseram a ele ao longo de sua história. É sabendo dessas marcas que cada sujeito poderá ressignificá-las, produzindo novos modos de se nomear para além das “etiquetas” mencionadas acima.

A cidade toma esses sujeitos considerados “estranhos” à ela – seus operadores institucionais, responsáveis pela oferta de inúmeras intervenções, incluindo os que deveriam ofertar alguma escuta clínica nos serviços responsáveis pelas medidas socioeducativas (a rede DEGASE) –, preferindo eliminá-los e tomá-los como objetos de processos judiciais ao invés de, justamente, escutá-los em suas dimensões estranhas e que rompem com aquilo que supostamente rompe-se com as leis e o laço social. A

1 Conceito definido por Sigmund Freud para designar o vínculo terapêutico específico entre o psicanalista e seu paciente.

escuta do estranho pode ser compreendida aqui também como a escuta de um saber inconsciente, ou seja, aquilo que é estranho aos próprios sujeitos e que permanece inconsciente. Esse estranho, num processo de tratamento, reaparece para cada um na relação com aquele que oferece a escuta e os possibilita novas possibilidades de se estar no mundo, no laço com os demais sujeitos, pois passam a saber sobre as marcas que os constituem.

Sobre isso, o fato de que devemos escutar, podemos resgatar Freud (1919) em seu texto *O Estranho (Das Unheimlich)*, onde apontará tal estranheza presente em todos nós e que se relaciona ao material que fora recalcado e que retorna à consciência. Podemos dizer que essas marcas que os tornam estranhos à cidade também são estranhas a eles mesmos, e o processo analítico permite que se descolem dessas *etiquetas* oferecidas pelo campo social.

Freud também se referirá a esse fenômeno, em que uma dimensão estranha (íntima e familiar ao mesmo tempo) emerge, como a presença de um *duplo* e que produz um terror de que nada queremos saber. Nesse sentido, fazendo uma transposição da experiência analítica para nos servir de um fazer no campo social, nos perguntamos: o que esses casos, em destaque os adolescentes que estão em conflito com a lei e, mais especificamente, os usuários de drogas e psicóticos, despertam nos moradores da cidade?

Esses sujeitos “estranhos à cidade”, considerados como os seus restos, permanecem institucionalizados e distantes do espaço da *pólis*, pois trazem consigo, em sua dimensão de estranheza, algo que evitamos nos dar conta: verificamos que, marcados pelo estigma, não podendo se reconhecer de outro modo, repetem de modo inconsciente em seus comportamentos as marcas (as tais *etiquetas*) que lhes são impostas desde os primeiros anos de vida. Podemos citar um circuito de produção desses “estranhos à pólis” como as escolas que os expulsaram, famílias violentas que os fizeram ir para as ruas, serviços de saúde que os negligenciaram, conselhos tutelares que não os acompanharam devidamente. É a própria *pólis*, em sua tentativa de controlar os estranhos à cidade, que reafirma, através de seus saberes, a estranheza presente em suas vidas, os fixando nesse lugar de perigosos ao processo civilizatório.

O relato de uma experiência clínico-política

Durante alguns anos na coordenação da Equipe de Referência Infanto-Juvenil para ações de atenção ao uso de Álcool e outras Drogas (ERIJAD), foi possível acompanharmos algumas dessas trajetórias de vida, evidenciando-se esta nossa afirmação, a de que recalamos (num certo sentido da expressão) o nosso fracasso institucional e, ao nos depararmos com sujeitos em conflito com a lei, principalmente com os adolescentes, damos respostas pífias e de segregação. A função do analista nessa série de profissionais que nada querem saber sobre os ditos destes sujeitos é justamente fazer vir à tona os efeitos nefastos das apostas estatais oferecidas àqueles que consideramos estranhos à cidade.

Apostamos que essa recusa não seja fortuita, já que nos oferecermos a isso nos faz pagar um preço caro, muitas vezes, com a nossa própria pele na transferência e com o que surge a partir dela. Além do mais, enquanto analistas, temos o dever clínico-político de transmitir ao campo público aquilo que recolhemos na transferência, fazer valer o nosso testemunho diante do inconsciente. Essa tarefa não é nada fácil e também requer a instalação de possibilidades, de alguma transferência no trabalho com outros colegas e instituições. Vale lembrar que a mesma palavra em alemão (idioma oficial no qual foi formulada a teoria psicanalítica e que, por isso, utilizam-se algumas palavras do próprio idioma como conceitos-chave), *Übertragung*, refere-se não apenas à ideia de transferência com o sujeito em tratamento, fenômeno motor num processo analítico, mas também se refere à transmissão, e será este um dos propósitos do nosso trabalho com esses sujeitos: fazer operar uma transferência nessas duas vias, com cada sujeito através dos vínculos terapêuticos com aqueles que realizam seus tratamentos e, ao mesmo tempo, transmitir à *pólis* os elementos daquilo que emerge na fala desses sujeitos (suas existências e seus processos de subjetivação) e faz esvaziar o imaginário social sobre o qual esses sujeitos se constituíram como personalidades essencialmente ruins e, por isso, com altos índices de periculosidade. Sendo assim, a transmissão à *polis* a partir daquilo que escutamos constitui-se como uma via política do nosso mandato enquanto clínicos, o nosso mandato é clínico-político por excelência, estejamos onde estivermos institucionalmente na lida com essas populações.

Dito isto, através de um caso acompanhado pela Equipe de Referência Infanto-Juvenil para ações de atenção ao uso de Álcool e outras Drogas (ERIJD²), entre os anos de 2011 e 2015 (caso L), ilustraremos essa discussão a partir de uma prática onde transferência e transmissão estiveram em jogo ao longo do seu tratamento, bem como na tentativa de uma aposta que pudesse minimizar os efeitos de segregação presentes, do seu rechaço. Também traremos a sua dimensão de estranheza à vida pública que o caso apresenta e que o faz ser contido e, ao mesmo tempo, expulso das instituições por onde percorre. L. é um sujeito que emerge diante dos profissionais como um “estranho” antes e depois de sua chegada à instituição de privação de liberdade por onde passou. Sua subjetividade, ou seja, sua lógica de funcionamento no laço social impede que ele seja acolhido de fato pelos representantes das instituições por onde ele passa, já que esse modo de funcionamento o associa, através de seus estigmas, ao perigo.

L. estava com 14 anos e cumpria medida socioeducativa em unidade de privação de liberdade do DEGASE, respondendo por um ato infracional relativo a furto/roubo. No entanto, na assentada do juiz, constava ato referente a uma tentativa de matricídio. Situação descrita sucintamente como tendo ligado o fogão e fechado toda a casa enquanto sua mãe dormia.

Diante da tentativa (mal sucedida), a família recorre à justiça, solicitando que esta determine um local de tratamento para o que entendiam ter promovido tal ato: o

2 Equipe constituída intersetorialmente entre a Coordenação de Saúde Mental e a Secretaria Municipal de Assistência Social de Niterói (RJ). Estivemos na coordenação da referida equipe entre os anos de 2009 e 2015.

crack. A resposta judicial veio em forma de medida socioeducativa e foi assim que L. inaugurou sua carreira institucional.

A equipe da unidade de privação de liberdade, para onde foi encaminhado, pedia nossa parceria no acompanhamento dos pais de L. Entendiam se tratar de uma situação de grande vulnerabilidade, já apontando para a necessidade da construção de uma rede de cuidados anterior à progressão de sua medida (para a semiliberdade) e consequente contato mais regular e frequente com sua família e seu meio social de origem. Procurava-se ultrapassar os muros, na direção de um cuidado territorializado, endossando o direcionamento da assistência indicada pela máxima da Reforma Psiquiátrica, assim como do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), onde a privação de liberdade se configura apenas em caráter transitório e de excepcionalidade.

Procuramos fazer os atendimentos a essa família junto ao Conselho Tutelar, no entanto, este avaliou não ser de sua ingerência situações relativas às medidas socioeducativas, posição equivocada diante de seu mandato e que inscreve a primeira recusa do caso na rede após o início de seu percurso institucional. Constatamos, neste e em outros casos, um desvio no entendimento do que seria garantir direitos quando um sujeito se insere no circuito socioeducativo. Não só os Conselhos Tutelares, mas outras instituições da rede passam a tratá-los como uma exceção: destacando-os do grupo que mereceria ter acesso aos cuidados protetivos e os direitos garantidos.

Diante da complexidade que se apresentava, procuramos o CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil) de referência do município para pensarmos em estratégias. Nessa reunião, convidamos também a equipe da unidade de privação de liberdade. Decidimos que ERIJAD e CAPSI compartilhariam o atendimento aos pais de L. até se determinar o lugar que melhor atendesse às necessidades identificadas.

Sendo indicada a progressão da medida socioeducativa a ser cumprida em semiliberdade, L. é transferido para o CRIADD (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente) e, assim, tivemos a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente e já identificar fenômenos importantes como alucinações cenestésicas e auditivas a partir de sua fala em que dizia possuir “uma faca cravada em sua coluna” e que, por isso, não conseguia ficar quieto. Esse evento nos fez considerar que se tratava de um caso em que a problemática do uso de drogas não poderia ser tomada como seu principal impasse. Era preciso compreender a relevância dessas questões de investigação diagnóstica, assim como sua construção delirante, direção já colocada inclusive pela equipe do DEGASE, que compreendia que L. falava sobre sua psicose. Com isso, seria possível iniciar a construção de uma direção de tratamento além de dissolver um imaginário presente entre alguns técnicos sobre o uso de drogas como ponto principal, uma tentativa de transmissão possível para as equipes do território.

Sua inserção junto ao coletivo da unidade de semiliberdade foi complicada, uma vez que não se identificava com nenhuma das principais facções criminosas do RJ; o que fez com que os demais adolescentes passassem a chamá-lo de *alemão*, conotação linguageira entre eles para “aquele que é de fora, invasor, mal vindo”. L. não conseguia funcionar numa identificação que o unia ao grupo através do nome das facções. Sua condição psicótica

o colocava como um estrangeiro, um *alemão*, diante dos demais membros, provocando agressões físicas e isolamento. Nesse momento, nos perguntávamos como uma instituição, e nós mesmos, que deveríamos garantir seus direitos básicos, não conseguíamos possibilitar uma mediação no laço entre L. e os demais meninos? Seguiu-se um período marcado por algumas *evasões* (termo técnico utilizado para falar das saídas sem autorização, mas que, neste caso, nos interroga, já que L. era expulso da instituição), irregularidade nas consultas marcadas no CAPSI e retomada do seu uso de *crack* nos finais de semana.

É importante destacarmos, neste ponto, que o acolhimento de L. pelo CAPSI teve grande resistência por parte da instituição. Por algum tempo, somente a marca da infração e do seu uso de drogas eram sublinhados. Nessa ocasião, notamos a importância de transmitirmos alguns elementos clínicos do caso a partir do nosso encontro com ele, contudo, notávamos resistência principalmente pelo fato de L. também ali ser *diferente dos demais*. O CAPSI falava de L. como se já soubesse sobre ele. Somente num segundo momento, no CAPSI, foi possível acolher outros aspectos referentes à sua história de vida e de seu sofrimento. Nossa pergunta, então, era o que este caso trazia consigo de tão insuportável para os demais meninos do DEGASE e para os técnicos que tentavam recebê-lo em tratamento (CAPSI e Conselho Tutelar, por exemplo)? Após curto período, mesmo com alguma vinculação ao serviço, o CAPSI decide por encaminhar L. para um ambulatório de Saúde Mental sem oferecer elementos suficientes para compreendermos o motivo. L., tampouco, conseguiu responder às exigências mínimas daquele dispositivo. Na mesma época, o CRIAAD solicitou sua transferência para uma unidade fora do município, alegando não poder ficar com “casos como aquele”. E sua família, por vez, procurara a Promotoria, afirmando a necessidade de o filho permanecer internado, em uma instituição fechada para *dependentes químicos*. Todos diziam não haver lugar para L. diante da interrupção de todas as ações que estavam sendo construídas em seu território, a ERIJAD, mais uma vez, precisou fomentar intervenções nesses equipamentos para que fossem revistos os encaminhamentos, de modo a produzir algum reposicionamento dessas instituições na direção do necessário cuidado. A sensação é a de que falávamos com paredes que não produziam eco, ou seja, tínhamos dificuldades em transmitir a importância de se escutar os dizeres de L. sobre o seu sofrimento e que só assim poderíamos pensar em seus encaminhamentos – algo diferente dos protocolos seguidos pelas diferentes instituições e que justificavam os encaminhamentos equivocados, o *crack* e a delinquência tomavam a cena.

Seguiu-se longo período em que o adolescente percorreu diversas unidades socioeducativas em meio fechado, fazendo com que tivéssemos que reiniciar a discussão e transmissão do caso com cada equipe de acompanhamento. Essa inconstância produziu descontinuidade em seu tratamento, sendo possível verificar sua piora clínica. Em uma das visitas que fizemos a ele, L. mostrou seu braço, no qual talhou profundamente o seu nome, como que procurando se inscrever no mundo, na tentativa de algum reconhecimento por aquilo que lhe é próprio.

Em mais uma *evasão*, L. procura a casa da mãe, esta, no entanto, o leva agora para uma comunidade terapêutica para *dependentes químicos* no interior do estado de SP. Serão mais nove meses de reclusão.

Assim se passaram mais dois anos e, já com 18 anos, com sua medida socioeducativa extinta devido à sua maioridade penal, permanece condenado a um destino construído por todos esses atores: traz consigo a marca preponderante da delinquência e do uso de drogas. Já se vão mais de 5 anos de institucionalização, e o que fomos capazes de fazer por L. e com L.?

Aqui, identificamos um ponto desta discussão, do qual não poderemos recuar: no que concerne ao mandato da Atenção Psicossocial – uma rede promotora de cuidados para todos aqueles que, em decorrência de suas posições subjetivas no laço social e de seus sofrimentos, transgrediram alguns dos pactos sociais –, qual é a nossa responsabilidade na condenação à institucionalização de adolescentes como L.? Será que estamos empreendendo ações de desinstitucionalização para além dos convencionais asilos da loucura? Será que nós, atores do campo da Atenção Psicossocial, percebemos que essa população não somente, mas também, está incluída como um segmento que nos diz respeito? Notávamos um fracasso em nossa transmissão e uma impossibilidade da oferta de uma escuta a cada novo local em que L. passava e que o expulsava. Locais que nunca puderam funcionar como lugares para seu endereçamento, o tomando a partir da palavra sobre seu sofrimento e apostando que este seria a primeira possibilidade de construção de um lugar no campo do Outro, com consequências importantes para sua vinculação ao serviço de saúde proposto para seu tratamento.

Considerações finais

O sentimento de estranheza com o qual permanecemos diante desses casos – em especial, dos casos como o de L., que emerge como um caso estranho não apenas para a instituição de cumprimento das medidas socioeducativas, mas também para os próprios adolescentes que lá estão – interroga o que não conseguimos escutar em nós mesmos quando nos encontramos com suas histórias e também com cada um desses sujeitos que os fazem traçar seus circuitos, numa repetição ao longo da adolescência. Aliás, a compulsão à repetição presente em suas histórias, seja com o uso de drogas, seja nos atos infracionais, também trazem consigo uma dimensão do estranho e que Freud afirma ter um “caráter demoníaco” (*Idem* p. 256), sobre o qual, no trabalho clínico, devemos intervir através de nossa escuta que se refere ao estatuto do inconsciente sem cairmos nas armadilhas de um fazer estético-adaptativo.

Contudo, observamos o lugar comum no qual permanecemos fixados e paralisados numa outra dimensão do estranho, o terror das histórias que contam e que são permeadas de roubos, assassinatos, tráfico de drogas etc. Precisamos inventar com cada um desses sujeitos um outro lugar possível, menos aterrorizante (e sem nos aterrorizarmos), no campo social (no campo do Outro), sem os fixarmos nos significantes que os segregam: delinquentes; usuários de drogas; adolescentes em conflito com a lei etc. Sendo assim, podemos também, a partir desse recorte de caso, identificar as duas possibilidades distinguíveis e apresentadas por Freud em relação ao estranho: uma dimensão que se refere aos complexos infantis, como ele mesmo menciona, e que pode ser trabalhada a

partir da experiência de análise, e uma outra dimensão, daquilo que advém do campo da realidade, da realidade desses adolescentes, e que físgam os profissionais numa espécie de horror, impedindo que trabalhem a partir da escuta clínica.

No caso L., o significativo *alemão* o retira até mesmo do grupo daqueles que são considerados “estranhos” ao meio social em seus caminhos de infração à lei. A psicose de L. o coloca no lugar da exceção institucional e do grupo, o deixa à deriva e faz repetir o seu circuito de violações de direitos. Sobre a psicose, e para finalizar, seguimos as palavras de Freud.

O efeito estranho da epilepsia e da loucura tem a mesma origem. O leigo vê nelas a ação de forças previamente insuspeitas em seus semelhantes, mas ao mesmo tempo está vagamente consciente dessas forças em remotas regiões do seu próprio ser. A Idade Média atribuída, com absoluta coerência, todas essas doenças à influência de demônios e, nisso, a sua psicologia era quase correta. Na verdade, não ficaria supreso em ouvir que a psicanálise, que se preocupa em revelar essas forças ocultas, tornou-se assim estranha para muitas pessoas, por essa mesma razão (Freud, 1919, p. 260).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, T M. Panorama atual da política de drogas no Brasil: a redução de danos. In: SOUZA, Â.; SOUZA, L.; SOUZA, E.; ABRAHÃO, A. (Org.) **Entre Pedras e Fissuras**. São Paulo: Editora Hucitec, 2016.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I, Vontade de Saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FREUD, S. O Estranho. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Original de 1919). v. 17.

_____. Além do princípio de prazer. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Original de 1920). v. 18.

_____. O mal-estar na civilização. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Original de 1930). v. 21.

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan, volume I: as bases conceituais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

LACAN, J. **O seminário, livro 4: a relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995 (Original de 1956 – 1957).

_____. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999 (Original de 1957-1958).

_____. A ciência e a verdade. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998 (Original de 1966).

_____. Proposição de 9 de outubro de 1967. In: _____. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003 (Original de 1967).

_____. Alocução sobre as psicoses da criança. In: _____. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003 (Original de 1967).

_____. Breve discurso a los psiquiatras. Disponível em: <http://www.teebuenosaires.com.ar/biblioteca/trad_07.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015 (Original de 1967).

_____. **O seminário, livro 17:** o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992 (Original de 1969 – 1970).

RESUMO

O presente artigo apresenta a formação de dispositivos de segregação que se formam na pólis a partir de saberes operados por profissionais em diferentes instituições que acolhem adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial, os transformando em atores “estranhos à cidade”. Demonstraremos como um fazer clínico-político pode emergir, a partir da escuta de cada sujeito, como um dispositivo de resistência a esse processo, permitindo que cada sujeito possa se relançar no mundo e nos laços sociais através de outras marcas que não aquelas que lhes são impostas por tais saberes (delinquentes, dependentes químicos, perigosos etc.). Neste processo, ilustraremos com um caso de um sujeito psicótico acompanhado pela Equipe de Referência Infanto-Juvenil para ações de atenção ao uso de Álcool e outras Drogas (ERIAD).

Palavras-chave: segregação, clínico-político, adolescentes, medidas socioeducativas.

ABSTRACT

This article discusses the constitution of segregational devices developed in the polis through areas of knowledges operated by professionals in several institutions that care for adolescents in situations of psycho-social vulnerability, transforming these adolescents in “strangers to the city”. We will demonstrate how a clinical-political practice can emerge from listening to each of these adolescents, as a resource of resistance against this process, allowing each person to relaunch themselves in the world and in social ties through characterizations other than those imposed by such areas of knowledge (delinquents, chemical substance addicts, dangerous, etc.). We will illustrate this process with the case study of a psychotic subject, cared for by the Child and Adolescent Reference Team for the counsel of Alcohol and Drug abuse (ERIAD).

Keywords: segregation, clinical-political, adolescents, socio-educational measures.

DATA DE RECEBIMENTO: 29/11/2018

DATA DE APROVAÇÃO: 13/02/2019



Julio Cesar de Oliveira Nicodemos

Psicólogo formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. Psicanalista, Mestre em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e aluno do doutorado em Psicanálise (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil. Atualmente, é supervisor clínico-institucional na rede de atenção psicossocial de Niterói e professor de Psicologia na Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, RJ, Brasil.

E-mail: jconico@yahoo.com.br

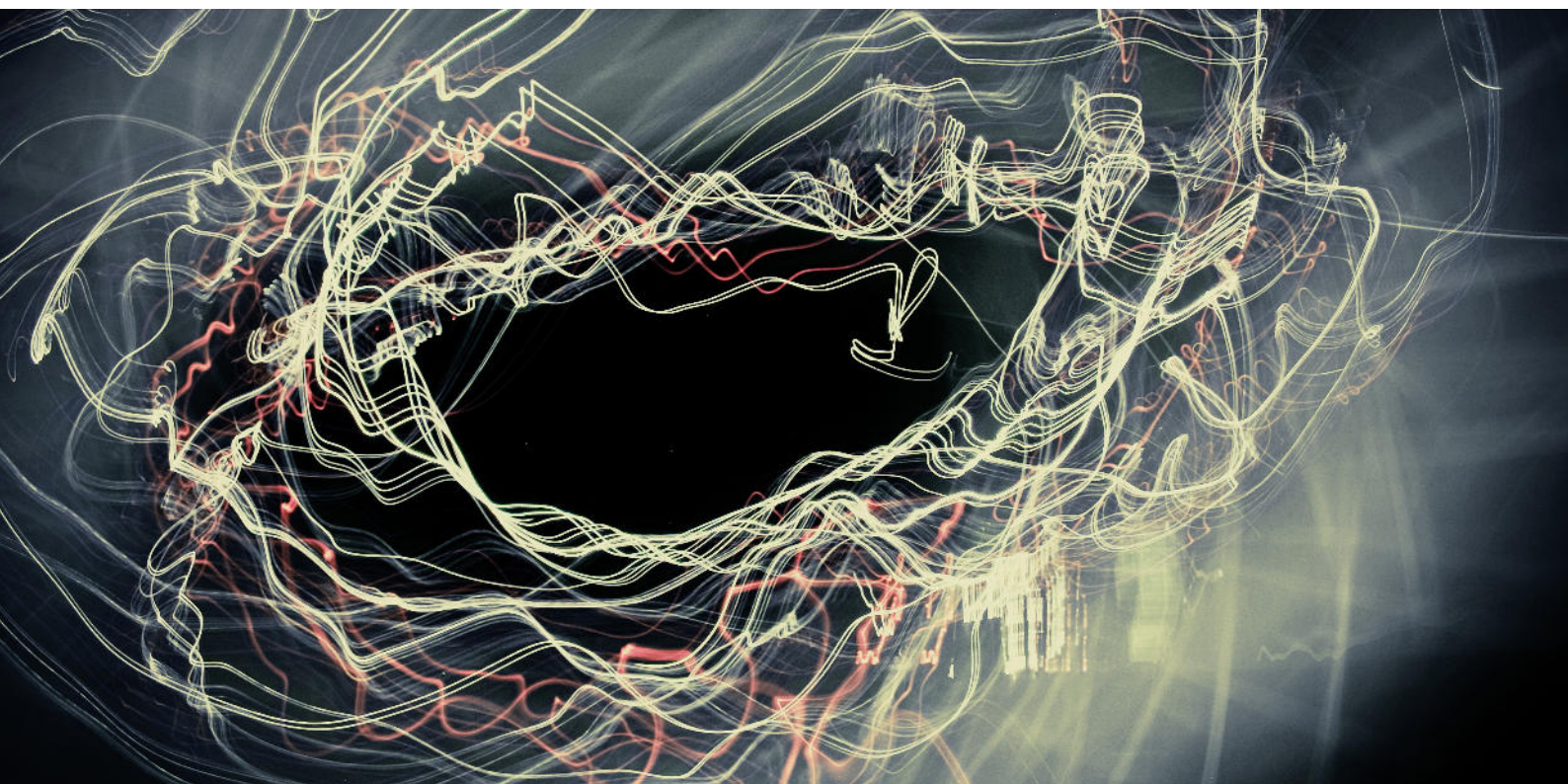


IMAGEM: Pxhere

Tornar-se adolescente: o corpo como cenário

Susana Kuras Mauer

“Ninguém sabe o que pode um corpo”

(Baruj Spinoza)

Já não se trata somente de lidar com as mudanças vertiginosas de paradigmas, mas também com o desafio de pensar os processos de subjetivação em tempos de transformação contínua. Por sua vez, a variabilidade própria da adolescência, que excede os caminhos do previsível, desenha sinuosidades na cartografia adolescente, muitas vezes ilegível.

Uma tensão incontornável entre nossa abertura para pensar em termos de complexidade, de multiplicidade e de devir convive com a busca de uma ordem reguladora que preserve o caos.

Fomos deixando para trás as leituras identitárias, deterministas e binárias e pudemos, graças às contribuições da epistemologia da complexidade, nos animar a descentrar nosso modo de pensar o devir adolescente. Desconstruir aqueles andaimes que sustentaram nossa tarefa clínica tão atenta ao mundo das representações e dos fundamentos nos resulta, ainda hoje, trabalhoso.

O conceito deleuziano de *rizoma*, que supõe tanto heterogeneidade quanto multiplicidade e conexão, oferece a possibilidade de nos situar melhor frente às vicissitudes do desenvolvimento adolescente.

As formas de produção de subjetividade têm a ver com a época e são congruentes com os dispositivos de poder vigentes. A este respeito, concordo com M. L. Mendéz (2014), que expõe que a subjetividade se produz, se molda, se recebe e se consome. Existem políticas de subjetivação porque a subjetividade não pode ser reduzida ao individual, sua produção é sempre social e coletiva.

Certamente, a época retrata a adolescência, a normatiza, a define, a padece. Porém, curiosamente, ainda resistimos a pensar os processos de subjetivação adolescente em seu devir e em seu co-devir com os demais seres vivos. Secretamente continuamos dissociando em pares binários que mantêm distância entre o indivíduo e a sociedade, a natureza e a cultura, a permanência e a mudança e talvez ali ficamos presos numa encruzilhada que não nos deixa avançar. Em tempos de fluidez, de obsolescência, de transformação, resulta imprescindível aprofundar sobre a complexidade dos modos de se subjetivar que apresentam os adolescentes.

Gilbert Simondon, filósofo francês contemporâneo de G. Deleuze e J. Derrida, oferece uma perspectiva interessante nesta direção. Alega que nos individuamos sempre em situação e em relação a outros. A vida psíquica, para Simondon (2009), não pode se resolver de maneira intraindividual. A individuação, que é sempre coletiva – no dizer de Simondon –, e seus processos se constroem na imanência do encontro com o outro, quer dizer, são vinculares. O ser é no início “potência de mutação”, contém energia potencial, tem sempre reserva para seguir devindo, enfatizando assim a potência e o excesso, não a falta. Nunca terminamos de nos individuar.

Esse olhar simondiano contribui para a tentativa de compreender a multiplicidade de fenômenos clínicos com os quais os adolescentes expressam sua vulnerabilidade, seus desencontros com eles mesmos, com seus pais, com suas buscas.

Usando seu corpo como quadro da subjetividade, desenhado, marcado, manipulado e oferecido como imagem virtual, os adolescentes buscam reivindicar uma liberdade descomplicada e atrevida, sem os condicionamentos que as restringem.

Proponho-me a fazer algumas reflexões que surgem da prática clínica psicanalítica, focando em como se viabiliza o contato com os corpos e como vivem a sexualidade entre adolescentes. Como se vinculam? Como se expõem? Como se sintomatizam?

Os espelhos de hoje são, sobretudo, as representações que circulam pelas redes sociais. Conquistar visibilidade, exibindo para ser suportado pelo olhar do outro, é atualmente condição de existência. Quer dizer que a comunicação virtual tem construído uma linguagem nova que pouco tem em comum com os canais clássicos de opinião. Seu alcance massivo, sua fluidez, a instantaneidade, têm diluído fronteiras e transformado a interação entre os humanos. Os laços sociais variaram sensivelmente a partir da explosão da comunicação digital. O anonimato próprio da troca nas redes facilita a desinibição.

As práticas eróticas acentuaram o protagonismo da sexualidade virtual. A sensualidade e a excitação através da virtualidade propiciam e exacerbam o autoerotismo próprio dos começos da vida. O contato e a satisfação ali são com o próprio corpo.

Corpos produzidos, manipulados, exibidos buscando reconhecimento são alguns dos imperativos predominantes desde a puberdade. Esse não é um padecimento privativo da adolescência, porém, o que ressaltamos é o desamparo ao que expõe uma cultura adolescentizada como conjunto.

Cenários clínicos

Julia, 13 anos, “Faria bullying a mim mesma”, “Não me suporto, me vejo gorda, feia, não quero comida na minha vida”, “Ontem vomitei sangue, meus pais me retêm uma hora sem ir ao banheiro para controlar o vômito, então, quanto mais tempo passar, fica mais difícil, machuca, sangra”, “Só na madrugada, quando estou vazia, me sinto um pouco bem”, “Por cada caloria, um abdominal, é a única maneira de manter o controle”, “Nem minha própria saliva tolero engolir, a água me enche”. O corpo é, no entanto – talvez mais do que em outros momentos vitais –, um indiscutível e impiedoso teatro da verdade. “Procuro nas redes, já não sei o que procuro. Arranho minha pele, nem veem. Não veem nada, meus pais não veem nada”.

Um padecimento que na família de Julia não é inédito, como se se tratasse do DNA do seu entorno mais próximo. O lugar de culto que tinham os alimentos, a nutrição e os hábitos alimentícios nesta família, transbordava a lógica do imaginável.

Julia vivia escrava de um estado de insatisfação permanente que lhe tirava a vontade de viver. Frente ao espelho, distorcia cada dia mais sua autoimagem corporal,

vulnerando-a mais do que ela mesma resistia. A busca do controle da eclosão puberal compensado com abdominais, vômitos e uma contagem sem pausa de calorias engolidas estressa e excede os recursos da família para conter tanto transbordamento. Ali, decidem consultar.

Cenário II

Noel, de 17 anos, comenta em uma das suas primeiras entrevistas: “A única coisa que nunca vou tatuar são nomes, te prendem, tiram sua liberdade, te alienam. Exceto as iniciais dos meus irmãos no Cruzeiro do Sul, isso com certeza...”, “Cada vez me seduz mais escolher minhas tatuagens. Quer ver? Essa daqui fui eu que desenhei!”.

A pele como superfície em branco é adotada como quadro ideal para abrigar marcas significativas que os singularizam. É importante fazer uma distinção entre as tatuagens e as autolesões cutâneas às quais se referia o relato da vinheta anterior.

Na tatuagem, tem certa pregnância o conteúdo da inscrição indelével e irreversível, enquanto que nas lesões na pele, às que aqui nos referimos, a ação de se cortar é mais relevante que a marca que deixa. Sem letra e de efêmera duração, se arranhar machuca a pele gerando um gozo auto erótico masoquista. Ao ser a pessoa mesma quem executa o corte, coincidem num único ato sujeito e objeto, atividade e passividade, aspectos sádicos e masoquistas (Mauer; May, 2015, p. 5).

De cabelos coloridos, piercings e uma gíria singular, Noel marca tanto sua pertença ao grupo social com o que atravessa a turbulência adolescente, como a necessidade de confrontar e manter distância dos seus pais.

Cenário III

Pía, 14 anos, procura com ansiedade anárquica achar, a partir de um traço físico, a sua mãe biológica. Pía não quer apaziguar o mal-estar que lhe produz não poder responder à questão que a assedia desde muito pequena. Por que motivo quem a concebeu e lhe deu vida no seu ventre decidiu soltá-la, dá-la em adoção? Um esclarecimento sensato e transparente não amenizou sua impotência desesperada. Inundada de culpa pelo amor e cuidado que recebe dos seus pais, amordaça sua determinada busca. Afundada nesta inquietação, Pía vive presa.

Imagem I



Sua adolescência intensificou essa encruzilhada vital. Na necessidade de se construir um passado, para ir em frente – no dizer de Aulagnier –, Pía cala a pergunta que reaparece na necessidade de se cortar. Talvez, encena na pele cortada sua vivência de impossibilidade de sutura.

Algumas das representações gráficas que coloca no papel expressam com eloquência seu padecer. Insistem nas sessões desenhos de olhos perdidos, ensanguentados, olhos soltos, sozinhos.

Imagem II

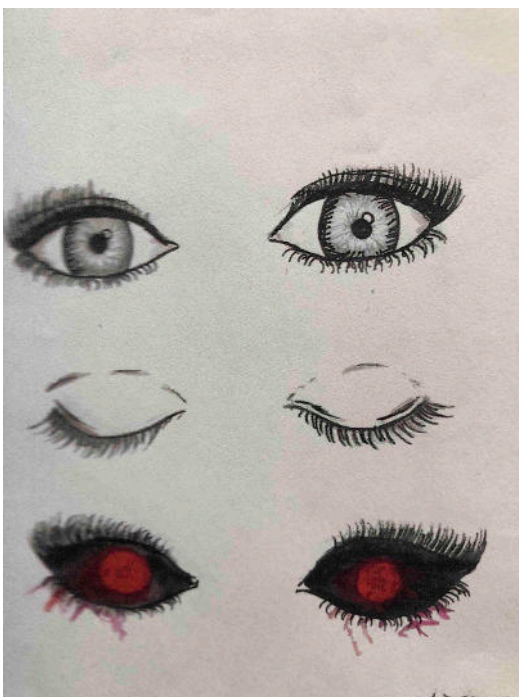
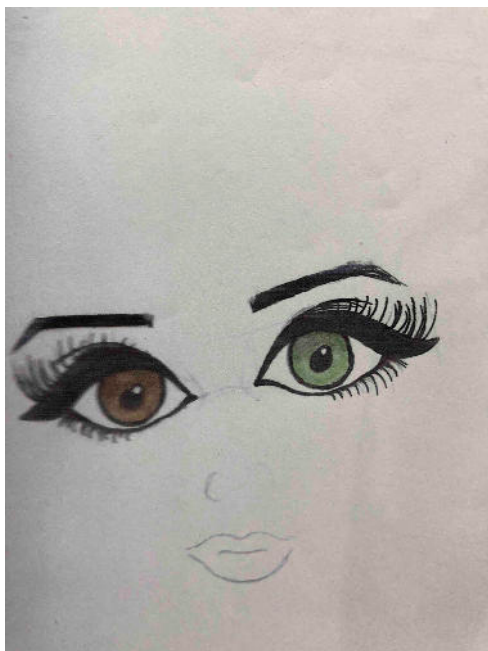


Imagem III



Tem uma marca física muito chamativa nos seus olhos, que na sua fantasia é a chave do possível reencontro com o olhar daquela mulher que lhe deu em adoção.

Sonhos recorrentes onde Pía aparece multiplicada numa representação *gemelar* evidenciaram uma transação secreta na qual podia encontrar paz: se duplicar a si mesma. Duas cores de olhos, dois olhares? Duas mães?

Seus ídolos naquele momento eram um par de gêmeos músicos, famosos, com quem se fez acompanhar com fanatismo extremo durante esses anos de travessia adolescente.

Sua sensação de extravio se manifesta também nos vínculos sociais, onde expressa dificuldades de enraizar num “entre amigos”. Migra sem poder afiançar laços consistentes.

Imagem IV



“Óbvio que na minha formatura vou ficar com todos. Topo quase todos, e com a gang das meninas se rolar, óbvio que também”. “Aí a gente arrasa, com quem quiser, tem que encarar.”¹

Apelam a recursos protéticos que reforçam sua sensorialidade. O álcool é o combustível adicional para relaxar a censura e se desinibir. Mas já não adianta! O uso de maconha nesta busca de voo e de um a mais de prazer resulta hoje em algo quase natural. O uso de drogas sintéticas, pílulas que energizam e potenciam a resistência para dançar a noite toda numa festa eletrônica, tem se incrementado também.

O manifesto é claro, explícito e concreto. Com seu agir, os jovens questionam preconceitos, convenções e estereótipos de época. Sem roteiro prévio nem escolhas de gênero disjuntivas e inamovíveis, os adolescentes migram errantes por uma multiplicidade de variáveis em relação aos encontros sexuais.

Ficaram muito para trás os tempos em que a sexualidade se organizava a serviço de relações reprodutivas. Hoje, podemos aventurar também que as experiências iniciais da sexualidade não estão associadas ineludivelmente à experiência amorosa. Afeto e sexualidade não necessariamente andam juntos. Têm se desenlaçado, descolado do ideal romântico da modernidade; batem e fazem sentido na imanência do encontro.

Durante o primeiro trecho adolescente, as experiências passionais são efêmeras, fugazes, quer dizer, são comportamentos mais afins à “lógica conectiva” de fazer contato com outro sem expectativas de formar um vínculo com continuidade no tempo. Inclusive, têm um viés grupal e público enquanto dentro de um mesmo coletivo vão girando os protagonistas que se acasalam ocasionalmente, prévio consentimento dos membros do grupo que já passaram pela experiência. Ainda assim, na vida social adolescente, convivem a atitude livre de preconceitos com questionamentos daquilo que eles mesmos reivindicam: “Ontem foi qualquer coisa, – reflete Lucía – J. transou com três na festa de Halloween, com meia hora de diferença, e uma era H., que é a ex do seu melhor amigo com quem terminou o relacionamento agora.”

Num trabalho anterior, referido às itinerâncias nas sexualidades adolescentes, sugeri que é o olhar adulto que qualifica de precoce a sexualidade adolescente. A metamorfose puberal ocorre numa “área fronteira” na qual ainda irrompem aspectos polimorfos da sexualidade infantil.

A hipótese ali apresentada era a de que o perfil que apresentam as adolescentes na atualidade é o de um pseudodesprendimento da dependência adulta, um “como se”. A série de excitações e a satisfação não estão associadas, neste momento vital, ao encontro genital com o outro. São toscos em seu trato, em suas buscas, e é difícil para eles regular ou dosificar intensidades. As falhas na repressão se expressam no seu agir. Certos baluartes que ostentam e naturalizam entre seus hábitos, como, por exemplo, a aproximação sem filtro à sexualidade,

¹ Coincidindo com a finalização da vida escolar, as comemorações habilitam e estimulam a quem se formar a ter durante essa noite encontros eróticos (“ficar”) sem mais restrições das que nesse momento desejem. A ideia é saldar assim os “pendentes” dos anos compartilhados no grupo.

são, curiosamente, comportamentos próprios da infância. A exploração do corpo, se tocar, posar e desfilar na frente do espelho criam a coreografia com que se dança a sexualidade infantil, aquela que Freud definia como disposição perverso polimorfa (Mauer, 2014).

Reflexões finais

Crescer numa época em que prevalece a diversidade de combinatórias de aproximação à iniciação sexual alterou os modos de se entrar em contato sensualmente entre eles. Enfatizam e até ostentam a inédita possibilidade de não precisar fixar uma única posição de gênero. E, frequentemente, vão testando, por tentativas, explorando com naturalidade variáveis sem necessidade de se etiquetar a priori em nenhuma. Como se os adolescentes com suas experiências sexuais buscassem hoje “desfazer o gênero”, parafraseando Judith Butler (2006).

Esforçam-se em tomar distância das categorias clássicas masculino-feminino, ativo-passivo, homo-hétero, tentando contornar as opções consagradas. M. Blanchot (1996/1969), na “escrita do neutro”, expõe que o neutro é um modo de acolher o desconhecido inatingível, sem confiná-lo ao conhecido. Talvez, o neutro crie uma astúcia para aprender a desconhecer o conhecido e, neste sentido, é que o neutro, essa paixão do “nem”, atrai especialmente os mais jovens.

A variação traz também paradoxos que mexem com nossas próprias conceitualizações. Hoje, adicionaria uma nova hipótese: o corpo adolescente, talvez, encarnou no último tempo esse efeito de desenraizamento, produto de uma ruptura da comunidade social (Méndez, 2014). O sentimento de ausência de sentidos coletivos poderia ter incidido na fetichização do cenário corporal que tanto nos impacta e muitas vezes preocupa os adolescentes. Nesta direção, paradoxalmente, o despertar da luta feminina contra a violência de gênero tem convocado a atenção e participação comprometida dos adolescentes. Uma posição ativa na defesa das mulheres dos seus próprios corpos está ajudando-as a tomar consciência do valor do cuidado de si. E, por outra parte, esse terremoto tem sacudido significativamente os meninos em seus comportamentos machistas, próprios de uma cultura que os têm auspiciado impunemente.

As vozes começam a se escutar, começam a somar. Com compromisso solidário, fazendo parte de um coletivo de mulheres que clama em definitivo pelos direitos humanos, os adolescentes se somaram ao repúdio social. “Até onde pode um corpo?” ganhou protagonismo como luta contra o maltrato, o atropelo e o descuido tanto do outro como do próprio corpo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCHOT, M. **El dialogo inconcluso**. Venezuela: Monte Ávila Editores, 1996 (Original de 1969).

BUTLER, J. **Deshacer el Género**. Espanha: Paidós, 2006.

MAUER, S. K. de. Sexualidades itinerantes en la adolescencia. **Controversias en Psicoanálisis de Niños y Adolescentes**, n. 14, 2014.

MAUER, S. K. de; MAY, N. Cortarse sólo: acerca de las autolesiones en la piel. **Revista Controversias on line**, n. 16, 2015.

MÉNDEZ, M. L. **Procesos de subjetivación**. Ensayos entre Antropología y Educación. Entre Ríos: Fundación La Hendija, 2014.

SIMONDON, G. Los niveles sucesivos de individuación: vital, psíquico, transindividual. In: **La individuación a la luz de las nociones de forma y de información**. Buenos Aires: Editora Cactus, 2009.

RESUMO

Proponho-me a fazer algumas reflexões que surgem da prática clínica psicanalítica, focando-me em como se viabiliza o contato com os corpos e como vivem a sexualidade entre adolescentes. Como se vinculam? Como se expõem? Como se sintomatizam? Os espelhos de hoje são, sobretudo, as representações que circulam pelas redes sociais. Conquistar visibilidade, exibindo para ser suportado pelo olhar do outro, é atualmente condição de existência. Corpos produzidos, manipulados, exibidos, buscando reconhecimento, são alguns dos imperativos predominantes desde a puberdade. Sugiro uma nova hipótese: o corpo adolescente, talvez, encarnou no último tempo esse efeito de desenraizamento, produto de uma ruptura da comunidade social. O sentimento de ausência de sentidos coletivos poderia ter incidido na fetichização do cenário corporal que tanto nos impacta e muitas vezes preocupa os adolescentes. Nesta direção, paradoxalmente, o despertar da luta feminina contra a violência de gênero tem convocado a atenção e participação comprometida dos adolescentes.

Palavras-chave:

adolescência, *self cutting syndrome*, anorexia, automutilação, sexualidade adolescente.

ABSTRACT

I set forth to make a few considerations, which emerge from psychoanalytic clinical practice, on how physical contact occurs and how adolescents experience sexuality. How do they bond? How do they expose themselves? How do they somatize? Today's mirrors are, above all, the representations circulating through social media. Conquering visibility and exposing oneself in order to be validated by the gaze of others is a contemporary condition of existence. Bodies that are produced, manipulated, exhibited, and seek recognition are some of the imperatives prevalent since puberty. I suggest a new hypothesis: the adolescent body has, perhaps, lately incarnated this uprooting as a product of a rupture in the social community. The feeling of lack of collective meaning could have precipitated the fetishism of the body that impacts us and worries teenagers so much of the time. Still, paradoxically, the awakening of the female struggle against gender violence has been summoning the attention and committed participation of teens.

Keywords:

adolescence, self-cutting syndrome, anorexia, self-harm, adolescent sexuality.

DATA DE RECEBIMENTO: 09/11/2018

DATA DE APROVAÇÃO: 31/01/2019



Susana Kuras Mauer

Psicóloga pela Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina. Membro titular em Função Didática e especialista em Infância e Adolescência da Asociación Psicoanalítica Internacional e da Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires (APdeBA). Professora Titular do Mestrado de Casal e Família no Instituto Universitario de Salud Mental – IUSAM, Argentina.

E-mail: susimauer@gmail.com



IMAGEM: PxHere

Infância Mapuche: perspectivas do sofrimento psíquico perante a violência estrutural do neoliberalismo no Chile

José Ignacio Schilling Richaud

O texto analisa o fenômeno da violência na sociedade neoliberal e seus efeitos na infância Mapuche, particularmente nos processos de transmissão intergeracional e de identificação, os quais se transformam na constituição do psiquismo.

Para nos introduzir no território do infantil na cultura Mapuche, é preciso adentrar em certos aspectos da sua história e sua construção simbólica. No presente ensaio, o termo *infância* será desenvolvido a partir de duas dimensões: por uma parte, será utilizado para falar da criança propriamente dita e, por outra, será utilizado para nos referirmos aos primeiros tempos lógicos da constituição do psiquismo, no qual operam principalmente os fenômenos de identificação.

Por Mapuche, entenderemos aqueles sujeitos que racialmente pertencem ao dito povo originário, mas que preservam sua tradição e cultura ancestral, mantendo o modelo de vida tradicional nas comunidades do sul do Chile, entre as regiões do Biobío e de Los Lagos, com particular preponderância na região da Araucanía.

Por violência, não somente entenderemos a violência física direta, mas também formas mais sutis que impõem relações de dominação e de exploração, como é o caso da violência ideológica associada ao racismo, ódio e discriminação por invisibilizar o que ocorre à nossa frente. Prova disso é a escassíssima literatura referida à infância Mapuche e seu padecer na sociedade chilena atual, além dos confrontos diários com a força policial há anos, o que é muito importante, mas que não esgota em nada a temática em questão.

Para definir violência, é possível levar em conta o que expõe Zizek (2013), que estabelece uma distinção entre violência e agressão, apontando que se trata de uma “distinção terminológica entre a agressão, que pertence efetivamente à força vital, e a violência, que é uma força mortal: violência não é aqui a agressão como tal, mas seu excesso que perturba o curso normal das coisas, desejando sempre mais e mais” (p. 81). Em referência à abordagem de Zizek, podemos considerar que a palavra *excesso*, que perturba o curso normal das coisas, alude à violência com que o sistema neoliberal se apropria e explora sem medir consequências. Atualmente, a forma mais evidente que adota a violência, no plano social, é a convergência do discurso do capital com o propósito de estabelecer o absolutismo de um modelo definitivo de verdade, e que é a transformação de todo objeto em mercadoria e a transformação do sujeito em consumidor.

Toda a história da colonização do Chile trata de um povo estrangeiro que subjuga o povo originário, ocupa seu território pela força e destrói sua cultura para impor a própria. Nos últimos 50 anos, não tem sido muito diferente, embora não tenha se tratado do genocídio de outrora, o discurso contemporâneo, assim como em toda a sociedade neoliberal, somente admite a diferença na medida em que não comprometa nem confronto os interesses do mercado numa época em que o discurso neoliberal encontra cada vez menos obstáculos para transformar toda subjetividade em mercadoria.

No entanto, na atualidade, temos visto intensificada a violência explícita exercida pela força policial do Chile. A violência toma residência na vida cotidiana das crianças Mapuche na região do Biobío e Araucanía. Crianças muito pequenas frequentam creches e escolas onde são submetidas a protocolos de invasão constantemente, nos

quais se lança gás lacrimogêneo, devendo ser trancadas em salas, acompanhadas por uma ou duas professoras que tentam conter o terror das crianças. Essa informação circula através da mídia alternativa, que difunde vídeos, áudios e fotografias nas quais podemos ver com muita frequência imagens de crianças com chumbos enterrados em diferentes partes do seu corpo, crianças em audições judiciais algemadas nos pés e nas mãos, de um menino deitado no chão de cabeça para baixo e um policial disparando 80 chumbos em suas costas, de crianças que, em um suposto controle de identidade, são obrigadas a tirar a roupa. A lista de abusos e violações aos direitos das crianças é interminável e avança dia a dia. A violência tem forma de chumbos entrando na pele e de palavras que tocam e marcam a história de uma criança e parece que a mídia, assim como o discurso social predominante, tende a desmentir tal realidade, pretendendo silenciar esses fatos.

Mas o que sustenta dita violência exercida contra o povo Mapuche? Podemos responder que os assentamentos Mapuche se encontram no meio de terras altamente cobiçadas para o negócio florestal nacional e internacional, mas essa resposta não dá conta de um conflito maior de ordem cultural, pois o discurso neoliberal parece pretender sustentar, no poder econômico e tecnológico, uma espécie de sobreposição à fragilidade da nossa existência, pois nos oferece uma convicção imaginária de quebrar os limites do princípio da realidade através da facilidade e instantaneidade com que se obtêm prazeres, totalmente coisificados e mercantilizados. O modelo econômico capitalista tem conseguido capturar em seu benefício os mecanismos da subjetividade, isto é, que o desejo não se contenta jamais com seu objeto. Essa condição de subjetivação justifica a voracidade sem limites do mercado, o que sustenta e alimenta toda a violência contra aquilo que obstaculize os interesses do mercado.

Infância Mapuche ameaçada: vicissitudes identificatórias face à violência social

Para uma criança, seus pais, depois a família e a comunidade em que habita, reúnem todos aqueles vínculos de amor e referências identificatórias fundamentais para a constituição do ego, pois é o espaço no qual se encontram aqueles objetos amados por excelência, enquanto aquele ego em constituição se enriquece com as propriedades do objeto, já que, nas palavras de Freud (1921), tem se colocado no lugar do ideal do eu, o que influencia o exercício do exame de realidade da criança. No caso desta difícil troca cultural, a infância se vê seriamente ameaçada quando o sujeito tem vergonha e oculta essa identidade que o representa e constitui ao perceber aquela outra dimensão da violência que marginaliza e despreza aqueles referentes que, ao sujeito Mapuche, o identificam como tal. Aquele universo de identificações entregue por seus pais e comunidade submetem a criança a uma tensão subjetiva difícil de resolver, pois, naqueles elementos que configuram o ser Mapuche, que o localizam numa linhagem que os faz parte de uma família e comunidade, é também o que o outro despreza e o torna objeto de diversos níveis de agressão em todo espaço pelo qual a criança circula por fora do seu entorno familiar e comunitário.

Walters (2007) destaca que a principal causa do sofrimento indígena é a dor do trauma histórico e, em particular, o trauma da colonização, o qual se experimenta tanto a nível individual como coletivo. Entenderemos o anterior como aquele da história traumática dos povos originários, que não pôde ser metabolizado e se tornou um elemento de transmissão psíquica entre as gerações. Ampliamos o conceito de trauma histórico para incluir a noção de dano ambiental, devido à relação especial que os povos indígenas experimentam com seu território. Neste ponto, observamos a violência da usurpação do território e o deslocamento forçado como aspecto principal por meio do qual tem se exercido violência durante séculos e que, na atualidade, persiste, o que, em tantos danos repetidos, impede ser elaborado, pois nunca se constitui como um *a posteriori*.

Neste contexto, e a modo de ilustração, cabe assinalar o deslocamento forçado das comunidades Mapuche-pehuenche do setor do Alto Biobío para a construção de duas barragens hidroelétricas durante a década de 1990 e 2000. Esse deslocamento teve por efeito a inundaçãõ do território ancestral, incluindo seus cemitérios, bem como o deslocamento forçado de comunidades Mapuche que habitaram o território durante séculos. Junto ao anterior, se incorporaram ao território trabalhadores *Huinca* (chilenos) e a posterior construção de novas cidades e instalação de escolas para crianças do setor, o que intensificou o processo de aculturação, ao qual as comunidades se viram expostas.

Entenderemos por aculturação o fenômeno descrito como “o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos pertencentes a culturas diferentes e que conduzem a transformações que afetam os modelos culturais originários de um ou dos dois grupos” (Devereux, 1972, p. 204). A modo de ilustração, a respeito do impacto que esse processo originou nas comunidades Mapuche, cabe assinalar que, na década seguinte (2000), se registrou um aumento de 150% da taxa de suicídios de crianças e adolescentes na região.

É de importância fundamental considerar as resistências que as comunidades Mapuche têm manifestado a respeito desse processo de aculturação que, do ponto de vista de Devereux (1972), estaria associado à alta valoração do povo Mapuche em relação às práticas dos seus antepassados, a venerar suas práticas e sua relação com o território, já que são ancestrais. Por conseguinte, a partir de tal perspectiva, qualquer mudança, sejam quais foram suas vantagens ou desvantagens, é sempre considerada como negativa, como uma imposição por parte da cultura, devido ao fato de que o ato de impor envolve uma relação de domínio e submissão, o que em si mesmo é significado como um exercício de violência.

As resistências descritas, baseadas no desejo de singularidade étnica e de autonomia cultural, se sustentam principalmente nos vínculos libidinais entendidos como aqueles vínculos de amor que sustentam os sujeitos da comunidade e que os mobilizam a rejeitar tudo aquilo que represente uma ameaça à coesão, mesmo quando fazer parte daquela coletividade pudesse significar uma perda de privilégios para quem a compõe, quer dizer: evidentemente um grupo se mantém unido em virtude de algum poder. E a qual poder poderia essa façanha ser mais bem atribuída do que a Eros, que mantém unido tudo o que existe no mundo? Em segundo lugar, se o indivíduo abandona a

sua particularidade num grupo e permite que seus outros membros o influenciem, recebemos a impressão de que o faz porque sente a necessidade de estar em harmonia com eles, e não de estar em oposição a eles; talvez, por amor a eles (Freud, 1921, p. 88).

Assim como no individual, também no social ocorre que, por efeito de identificação à comunidade, aquele coletivo cria um sentimento de unicidade de si mesmo, como aquele desejo de preservar sua integridade, “se expressa normalmente na forma de um desejo de singularidade étnica de autonomia cultural” (Devereux, p. 211. 1972). No entanto, o fenômeno da resistência também deve se vincular à identificação como mecanismo dominante de adaptação social, no qual, tudo integrado na mais tenra idade é considerado da ordem do bom e do justo, quer dizer, parafraseando Devereux (1972), a criança constrói seu próprio papel e seu próprio status a partir desse modelo de comportamento do grupo interno.

Nesse sentido, seguimos Freud (1913), quando coloca dois conteúdos de transmissão que se opõem; por um lado, o constituído pelos objetos simbólicos e, pelo outro, as aquisições culturais que organizam o narcisismo. Por um lado, aquelas proibições que constituem tabu e organizam a vida psíquica das gerações, e a segunda, cujo suporte é o aparelho cultural e social que garante a continuidade da tradição de geração em geração. A hipótese principal de Freud é que “essas duas vias se encontram para formar a extensão psíquica da cultura e a inclusão do social na psique” (Kaës et al., 1996, p. 56). Uma criança Mapuche, como qualquer outra, nasce dentro de uma família, junto a receber cuidados básicos para sobreviver, recebe um nome que a insere numa linhagem particular que, aliás, guarda relação com a história de seus pais. Adquirem uma língua e lhes é transmitido como se percebem, se pensam e se fazem as coisas, isto é, um modo de ser no mundo e, desta maneira, localiza-se num espaço social, que é a promessa de todo contrato social, e assim vai se constituindo uma identidade que se mantém ao longo da vida. Mas é necessário que aquilo com o que a criança se identifica tenha também valor na sociedade como um todo. A respeito disso, Freud (1914) dá conta dos fundamentos narcisistas implicados na transmissão psíquica e a coloca como um suporte mútuo do narcisismo da criança e do narcisismo parental. Isso dá conta da noção de um sujeito dividido entre a exigência de viver para si mesmo e, ao mesmo tempo, se constituir como sujeito do conjunto. O que Aulagnier (1975) vai definir como contrato narcísico entre a criança e o conjunto do qual é membro. A infância, entendida como a dimensão original do homem, nos remete a uma origem constitucional que, ao mesmo tempo, é porvir como suporte das projeções narcísicas de gerações anteriores. Precisamente, a apropriação daquilo que se transmite entre gerações serão aqueles elementos com os quais o sujeito contará para se identificar em um grupo e uma linhagem particular, isto é, essa apropriação é efeito do desejo do outro, pelo objeto do outro. A vertente da pressão por transmitir, que pertence ao coletivo e da qual o grupo é intermediário, tem como correlato a vertente do desejo individual de se apropriar de algo do outro, constituindo correlativamente o outro e o sujeito (Kaës et al., 1996, p. 64).

O que se transmite entre as gerações e se oferece como referência identificatória

Em “Introdução ao narcisismo” (1914), Freud explica a ideia de uma formação do inconsciente na transmissão do próprio recalque. Quer dizer, aquilo que se transmite é sempre da ordem do reprimido quando falamos de transmissão simbólica.

Então, de qual recalque falamos quando se trata da cultura Mapuche? Que universo identificatório é aquele que o bebê captura e se lhe oferece como constitutivo do psiquismo?

Talvez voltar à linguagem possa nos oferecer pistas para seguir um caminho próprio de interpretação a respeito.

De acordo com Mora (2001), em Mapudungun (língua Mapuche), a palavra *Küpal* alude ao conceito de *Família e tribo*. *Küpal* é um substantivo cujo significado etimológico se define como o desejo encarnado *que ordena trazer algo de trás ou de antes, ou como o atualizar o ir e vir do mandato do sangue que vem e traz algo de trás*.

Seguindo a linha de definição da palavra *Küpal*, trazer algo de trás implica um ato de apropriação ou metabolização que, nas palavras de Aulagnier (1975), é entendido como o ato que permite fazer homogêneo aquilo que é heterogêneo ao psiquismo, trabalho psíquico que explica o fenômeno da identificação primária.

Por outra parte, a palavra *Domo*, que em Mapudungun quer dizer *mulher*, representa também o feminino, que é entendido como o meio do qual dispõe a natureza para se acrescentar e melhorar a si mesma, um tipo de instrumento personalizador da abundância e da fecundidade. *Domo* é aquela que oferece terra ao céu. É uma palavra ligada à mulher, terra e natureza e ao investimento libidinal que aquela categoria possui na ideologia Mapuche.

Para nos referir à Terra, a palavra correspondente em Mapudungun é *Ñuke Mapu*, que literalmente significa Mãe Terra, Terra Mãe, Terreno da Mãe. *Ñuke Mapu* é a terra, mas não se refere ao solo, é o mundo Mapuche que, através dos espíritos da natureza, entrega a vida ao seu povo. *Ñuke Mapu* é o Tudo, com o que se estabelece uma relação imediata e cotidiana, num espaço onde tudo está interconectado.

Seguindo a concepção Mapuche, então, o entorno, a natureza é o território do feminino e também da totalidade, a qual se encontra em relação de instantaneidade, onde não parece existir o um e o dois, não há diferenciação nem distinções que localizem sujeito e objeto. O sujeito e o outro materno, representado na natureza, se encontram num estado de fusão total e permanente. Como exemplo disso, de acordo com o Dicionário Mapuche (Minsal, 2018), toda doença, de qualquer classe, é entendida como um desequilíbrio nesse encontro, que costuma ser produzido pela interrupção que produzem as empresas florestais, barragens, etc., que colocam o *Huinca* (chileno) no lugar de terceiro que produz um corte irrepresentável, que se instala no psiquismo do sujeito indígena como uma ameaça de fragmentação, na medida em que vem rasgar o que, por definição, é inseparável.

A terra, longe de ser um objeto da realidade que nos provê recursos para a subsistência, no universo simbólico Mapuche, parece ocupar o lugar de um objeto no psíquico, lugar onde cabem as representações mais arcaicas associadas a fantasias de fusão, totalidade e completude. No entanto, a possibilidade de quebra, significada como desequilíbrio, alerta para a concepção de uma falta e conseqüente separação como algo não próprio do sujeito, mas, antes, algo que deve ser restaurado para recuperar o equilíbrio que significa a totalidade indivisível e fusionada do sujeito Mapuche e a mãe natureza.

Voltando então à noção de violência, nessa ordem cultural, parece se tratar de uma questão mais radical, já que, por um lado, está instalada uma cultura patriarcal que, sob o funcionamento do sistema neoliberal, se sustenta mediante a apropriação e exploração desmedida do recurso para conseguir um desenvolvimento econômico e tecnológico que se apodere e instrumentalize seu entorno com o fim de extrair utilidades. Dessa maneira, se impõe sobre uma cultura que situa o feminino e o materno em um lugar de preponderância particular, que organiza seu universo de referências simbólicas e subjetivantes muito longe daquela pretensão de modificar a realidade de seu entorno ou de se servir deste, mas que busca manter o que concebe como equilíbrio sustentado em um estado de fusão e completude com a terra-mãe, sem intervir, mas ser um com ela. Similar ao que Lacan situa no primeiro tempo do Édipo.

A partir desse olhar, podemos pensar a resistência e a desconfiança à cultura *Huinca* porque representa uma ameaça de assassinato do sujeito Mapuche, como um operador de corte traumático de seu vínculo com o materno. É assim que o universo de significações identificatórias transmitidas entre as gerações torna o *Huinca* (chileno) e sua cultura neoliberal sujeito da desconfiança, pois representa, a partir do seu comportamento e de sua construção cultural, uma ameaça à existência da cultura Mapuche, devido ao lugar que dá ao poder e ao consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. **Infancia e historia**: ensayo sobre la destrucción de la experiencia. 5. ed. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2011.

AULAGNIER, P. **La violencia de la interpretación**. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.

BAUMAN, Z.; DESSAL, G. **El retorno del péndulo**: sobre psicoanálisis y el futuro del mundo líquido. 1. ed. Madrid: Fondo de cultura económica, 2014.

CHIHUAILAF, E. **Recado confidencial a los chilenos**. 1. ed. Santiago: LOM, 1999.

CYRULNIK, B. **Cuando un niño se da muerte**. 1. ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 2014.

DEVEREUX, G. **Etnopsicoanálisis complementarista**. 1. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.

FREUD, S. Contribuciones a un debate sobre el suicidio. In: _____. **Obras completas**. Trad. de José Luis Etcheverry. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2001 (Original de 1910). v. XI. p. 232-233.

_____. Introducción del narcisismo. **Obras completas**. Trad. de José Luis Etcheverry. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2001 (Original de 1914). v. XIV, p. 65-98.

- _____. Tótem y Tabú. **Obras completas**. Trad. de José Luis Etcheverry. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2001 (Original de 1913). v. XIV, p. 123-126.
- _____. Duelo y melancolía. **Obras completas**. Trad. de José Luis Etcheverry. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2001 (Original de 1917). v. XIV, p. 235-256.
- _____. Mas allá del Principio de Placer. **Obras completas**. Trad. de José Luis Etcheverry. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2001 (Original de 1920). v. XVIII, p. 1-61.
- _____. Psicología de las masas y análisis del yo. **Obras completas**. Trad. de José Luis Etcheverry. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2001 (Original de 1921). v. XVIII, p. 63-136.
- _____. El Yo y el Ello. **Obras completas**. Trad. de José Luis Etcheverry. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2001 (Original de 1923). v. XIX, p. 1-59.
- _____. El malestar en la cultura. **Obras completas**. Trad. de José Luis Etcheverry. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2001 (Original de 1930). v. XXI, p. 57-140.
- GONZÁLEZ, C.; SIMON, J.; JARA, E. Etiología del suicidio Pehuenche: trauma territorial y fuerzas negativas en alto Biobío, Chile. In: GUJARDO, G. (Ed.). **Suicidios contemporáneos: Vínculos, desigualdades y transformaciones socioculturales**. 1. ed. Santiago de Chile: FLACSO-Chile, 2017.
- KAËS, R. et al. **Transmisión de la vida psíquica entre generaciones**. 1. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.
- MINISTERIO DE SALUD DE CHILE (MINSAL). **Diccionario Mapuche**, 2018. Disponível em: <<http://www.bibliotecaminsal.cl/wp/wp-content/uploads/2018/01/006.Diccionario-Mapuche.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- MORA, Z. **Filosofía Mapuche**. 1. ed. Concepción: Editorial Kushe, 2001.
- ZIZEK, S. **Sobre la violencia: seis reflexiones marginales**. 1. ed. Barcelona: Austral, 2009.

RESUMO

O presente artigo pretende expor a violência a partir de diversas perspectivas ou dimensões e analisar sua influência no processo de identificação experimentado na infância Mapuche. Para isso, abordaremos a noção de aculturação e de transmissão entre as gerações, assim como proporemos um olhar reflexivo a respeito da concepção da realidade por parte das culturas em luta como um modo de compreensão do conflito, além dos aspectos evidentes relacionados ao território e aos recursos. Pretendemos fazer uma interpretação psicanalítica do conflito a partir da perspectiva do sujeito e comunidade Mapuche.

Palavras-chave:

Mapuche, infância, violência, transmissão, identificação.

ABSTRACT

This article intends to showcase violence through its multiple perspectives or dimensions, and analyse its influence in the identification process experienced during Mapuche childhood. To do so, we will tackle the notion of acculturation and of generational transmission. We will also propose a reflexive outlook on the concept of reality by part of the struggling cultures as a means of understanding the conflict, besides the evident aspects related to territory and resources. We intend to formulate a psychoanalytic interpretation of the conflict from the perspective of the Mapuche subject and community.

Keywords:

Mapuche, childhood, violence, transmission, identification.

DATA DE RECEBIMENTO: 16/11/2018

DATA DE APROVAÇÃO: 10/02/2019



José Ignacio Schilling Richaud

Mestre em Psicologia Clínica pela Universidad Adolfo Ibáñez (UAI), Chile. Psicanalista em formação pela Sociedad Chilena de Psicoanálisis (ICHPA). Diretor Clínico e sócio-fundador do Aperturas Clínicas - centro de investigación y tratamiento de la infancia con problemas.

E-mail: joseignacio.schilling@gmail.com



IMAGEM: PxHere

O sofrimento psíquico de crianças e jovens nos dias atuais

ENTREVISTA DE *Sonia Borges E Renata Monteiro*
COM *Edson Saggese*

- Sonia Borges** Queremos agradecer por você ter aceitado nosso convite. Primeiramente, gostaríamos de perguntar se você poderia nos falar um pouco sobre a sua entrada e interesse na clínica com crianças e adolescentes.
- Edson Saggese** A minha entrada na clínica com crianças e adolescentes se deu há cerca de um pouco mais de 40 anos, quando eu cheguei ao Instituto de Psiquiatria (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e havia a clínica de orientação da infância. Eu cheguei lá na década de 70 e essa clínica era uma das primeiras do Brasil, criada nos anos de 1950. Era uma clínica que existia num modelo do que tinha na Inglaterra, nos Estados Unidos, de orientação da infância, a partir da teoria psicanalítica. Então, já entrei na clínica com crianças e adolescentes não no lugar de psiquiatra, mas já a partir do interesse da psicanálise por crianças e adolescentes. Bom, fiz especialização lá, passei a trabalhar no instituto e, curiosamente, na época, não existia uma clínica de adolescentes. Não só no instituto, mas em todo o Brasil. Não existia uma clínica de saúde mental de adolescentes e o instituto, curiosamente, atendia crianças até 12 anos, e adultos a partir de 18. Então, entre os 12 e 18 anos, o que se fazia? Acho que esse não era um problema específico do instituto, mas era, sim, um não pensar sobre a adolescência. Então, eu participei da criação do primeiro serviço de adolescência que o instituto teve, e provavelmente um dos primeiros do Brasil, para preencher um pouco essa lacuna entre os 12 e 18 anos. Enfim, entre outras coisas, a existência dessa lacuna foi algo que, de alguma maneira, me instigou a pensar por que a adolescência não é vista, e tal. Por isso, desde cedo eu fui marcado pelo interesse pela adolescência e pela psicanálise, apesar de ter tido antes uma formação médica, psiquiátrica.
- Renata Monteiro** Edson, esse serviço é o SPIA¹?
- Edson Saggese** Se vocês me permitem, o SPIA não é o nome que me agrada particularmente. Nos anos de 1990, nós criamos um novo serviço no instituto que nós chamamos de CARIM – Centro de Atenção e Reabilitação da Infância e Mocidade – porque nós achamos que era mais eufônico CARIM do que SPIA. Porque SPIA tem uma conotação um pouco persecutória. Esse serviço foi um dos primeiros também que incorporou a ideia de um CAPSi². Não existia ainda esse nome oficialmente no Ministério da Saúde, então talvez esse tenha sido um dos primeiros CAPSi do Brasil. Eu implico um pouco com esse nome, CAPSi, de Centro de Atenção Psicossocial à Infância. Eu sempre reclamei, por que também não adolescência? Porque se há uma faixa etária ciosa da sua individualidade, certamente essa faixa etária é a adolescência. Então, por isso eu não gosto de me inscrever sobre esse nome SPIA.
- Renata Monteiro** O senhor coordena um curso de especialização que acontece no Instituto de Psiquiatria, cujo nome é Psiquiatria e Psicanálise com crianças e adolescentes. A partir dessa experiência e de tantos anos de clínica, que palavras o senhor tem a dizer sobre o estatuto do sofrimento psíquico entre crianças e adolescentes nos dias atuais?

1 Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência.

2 Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil.

Edson Saggese

Bom, o sofrimento psíquico não conhece barreiras etárias, ele se apresenta às vezes de forma diferente segundo as faixas etárias. Mas, inclusive essa fronteira, sofrimento psíquico, já parece que exclui o corpo. Mas não só na criança, o sofrimento psíquico se apresenta conjugado ao sofrimento do corpo. Não há esse limite. Mas nós adotamos essa maneira de falar porque talvez isso nos facilite, separar o que é algo que tem um forte componente psíquico, daquilo que é primariamente físico ou orgânico. Então, eu poderia dizer, ou pelo menos dar ênfase, o que eu vejo é uma acentuação e uma certa mudança de formas de sofrimento psíquico, sobretudo na adolescência. Com a característica de a adolescência ser algo muito mais sociocultural, do que algo que responda propriamente à puberdade, ou mudanças orgânicas. Então, a gente pode dizer que essa adolescência se alastra – esse sofrimento acentuado na adolescência – para o que nós consideraríamos, não muitas décadas atrás, como infância. Ou seja, questões da adolescência começam a surgir muito mais precocemente do que nós chamaríamos como infância e se estendem para muito além do que o Estatuto da Criança e do Adolescente chama de adolescência, que iria até os 18 anos. Então, o conceito de mocidade, juventude, como vocês sabem, o conceito de juventude, eu acho muito mais significativo do que é a definição puramente legal de adolescência. Mas eu insisto que muitas questões que eram pensadas na adolescência começam a surgir mais precocemente também entre as crianças.

Renata Monteiro

Então, indo um pouco nessa direção, em termos de sintomas, de queixas, e até as intervenções... Primeiramente, gostaríamos de saber se haveria uma nova sintomatologia, uma nova forma de pedido, de endereçamento chegando aos serviços, e se isso tem provocado mudanças nas intervenções e na intervenção clínica em relação a elas.

Edson Saggese

Bom, dividindo a resposta em duas partes, eu acho que mudanças na forma de expressão do sofrimento existem. As transformações no Outro fazem com que as formas de sofrimento psíquico mudem. Um exemplo muito relevante disso são as grandes crises históricas que marcaram o final do século 19, o início do século 20. Não é que elas tenham desaparecido, mas deixaram de ter a relevância ou a atenção que tinham antigamente. Por quê? Porque o espaço social, a rede sociocultural para acolher o sofrimento traz mudanças e a maneira de expressar esse sofrimento muda. Então, no presente – dando um salto para esse século 21 – nós temos paulatinamente alguma coisa que vai à direção de uma acentuação do individualismo, e também uma concentração sobre o corpo, mais ainda como um representante ainda mais marcante do sujeito, ou seja, o sofrimento se expressa talvez menos, ou tem que dividir a sua expressão simbólica, com expressões muito concretas. Então, a questão dos cortes, a questão da preocupação com o corpo, da anorexia, da obesidade, as passagens ao ato, em termos de tentativa de suicídio, alguma coisa que passa, não só, mas muitas vezes, pelo corpo. O ponto complicado de falar nisso é que parece que as outras formas de sofrimento psíquico desapareceram. Nós falamos agora na histeria e tal. Não, eu acho que não desapareceram as outras formas clássicas como psicose. Mas elas convivem com novas formas, ou cederam algum espaço para novas formas de apresentação

do sofrimento psíquico, o que de certa forma complicou um pouco a resposta daquelas pessoas preocupadas com a infância e adolescência.

Quanto à resposta que se dá a velhas e novas formas de sofrimento psíquico na infância e adolescência, as respostas têm sido em média muito ruins. Por quê? Por conta de uma série de fatores. As respostas, assim como a apresentação, vêm muito marcadas por uma certa concretude corporal, as respostas também são marcadas por uma medicalização muito grande na infância e adolescência. Quando eu falo medicalização, nós temos de explicar um pouco. Se trata também de um desdobramento daquilo que Michel Foucault vai falar sobre a medicalização, a interferência do saber médico, mais propriamente psiquiátrico, sobre a vida. Mas também, especificamente, sobre medicalização no sentido de dar remédio mesmo. Não só tomar conta ou colonizar o sofrimento psíquico através do saber psiquiátrico, mas responder a isso tudo muito através de medicação. É claro que, se vocês quiserem, eu falo mais sobre isso, mas é um pouco extenso explicar como nós chegamos a isso.

Sonia Borges

Buscando seguir um pouco o que o senhor acabou de dizer, gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre o aspecto da patologização da vida, com a profusão de diagnósticos como o Transtorno de Déficit de Atenção – com ou sem hiperatividade –, transtorno bipolar, depressão, tanto para crianças quanto para adolescentes. Algo que temos percebido e que tem sido discutido, é que alguns profissionais da área da saúde pensam que essa profusão talvez aponte, também, para uma dificuldade de os pais ou educadores, enfim, de quem lida com crianças e adolescentes, sustentar e poder se haver com as frustrações e as crises, que têm a ver com o viver, tanto de crianças quanto de adolescentes, porque o dia-a-dia traz uma série de dificuldades e frustrações. Nós gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre isso.

Edson Saggese

Eu concordo com essas afirmações, de que as dificuldades das famílias e dos profissionais da educação, e outros, de lidarem com crianças e adolescentes em seu sofrimento, ou seu processo de desenvolvimento de vida, estão ligados a isso. Eu penso que isso é verdade, mas que nós poderíamos ir um pouco além e pensarmos por que isso acontece. Por que essas dificuldades estão mais intensas? Eu acho que há muitos autores que comentam sobre isso, nós estamos em um período de certa transformação civilizatória. É muito difícil a gente dizer isso porque nós estamos dentro do processo, então: como é? Qual a extensão desse processo? Mas não resta dúvida de que nós vivemos um período de intensa transformação. Alguns teóricos chamam de hipermodernidade, modernidade tardia, modernidade líquida, metamorfose da civilização. Mas realmente nós vivemos em um período muito acelerado de mudanças. Em parte, pela aceleração das mudanças tecnológicas, que ampliou, de certa forma, muito, o mundo em que as pessoas viviam. Hoje em dia, não se sustenta a autoridade familiar, o que é vivido dentro da família se interconecta diretamente com o que é vivido pelo mundo, é invadido pelo mundo. E é muito difícil controlar isso, com o mundo pós internet, com o mundo pós celular, que acelera cada vez mais a transformação tecnológica. Isso se liga a causas também econômicas, uma certa mudança, uma aceleração no nosso sistema

econômico, basicamente capitalista, já que as opções ao capitalismo praticamente desapareceram do mundo, a partir dos anos 80, e uma aceleração do que se convencionou chamar de neoliberalismo, não sei se esse é o nome melhor. Mas o fato é que existe uma concentração enorme dos valores em termos do econômico, que esmaga todo mundo, esmagam um pouco a possibilidade da construção de outros valores. Então, eu creio que a gente não pode simplesmente responsabilizar uma certa inação ou inabilidade da família ou dos profissionais de lidar com as novas questões que surgem para as crianças e adolescentes. É uma transformação realmente sociocultural da sustentação simbólica do mundo que se transforma e se torna mais complexa de se lidar.

Sonia Borges

Talvez não tenha ficado muito claro nessa pergunta que a associação era entre o excesso de medicalização e esse olhar de que talvez isso passasse por todo esse processo que o senhor falou. Mas eu acho que a gente pode compreender esse entrelaçamento, sim...

Edson Saggese

Eu posso complementar um pouco. Podemos nos aproximar mais desse assunto da medicalização, identidade e o espírito da época. O espírito da nossa época, sobretudo a partir dos anos de 1990, se voltou muito para compreender o funcionamento humano a partir da biologia, do orgânico. O crescimento de conhecimentos da imagem, do funcionamento do cérebro, o crescimento de conhecimento da genética, hipnotizou um pouco o mundo acadêmico, e depois o mundo em geral, para achar que a causa para o caso do sofrimento psíquico estaria nesse nível: orgânico, genético, cerebral. Isso produziu a impressão de que nós acharíamos também, a partir daí, respostas para isso. E isso tem uma continuidade com o fator econômico, que é a lucratividade, a potência dos grandes laboratórios farmacêuticos que estão entre as principais fontes de produção de riqueza no mundo capitalista. Essas coisas se uniram, eu diria, à ideia de um homem cujo sofrimento é cerebral, é alguma coisa que não funciona bem no seu cérebro. A ideia é que a resposta também deva ser genética, deva vir a partir da genética, a partir de substâncias, ou de interferências no seu cérebro. Isso se une a uma terceira questão que nós começamos a abordar, no caso, essa crise identitária, que aparece a partir da transformação de todo esse universo simbólico que sustenta o sujeito. Eu acho que nós acreditamos nisso, que o homem não é um ser da natureza, existe um *gap* entre o homem natural e o homem que vive em sociedade, que tem uma linguagem própria, isso não é novidade. Mas talvez nós estejamos passando por uma época na qual essa sustentação da rede simbólica tenha sido bastante abalada, com resultado imediato numa questão identitária. Ou seja, o que sustentaria a busca identitária do homem? Então, não é somente a ideia de que esses saberes peritos, de que esses saberes eruditos da ciência imponham ao sujeito identidades. Essas identidades também são queridas e requeridas pelas pessoas que tendem a explicar os seus problemas a partir disso, tais como: *“eu tenho uma deficiência de serotonina”*, *“eu acordo bem e durmo mal porque eu sou bipolar”*, *“esse meu filho não vai bem na escola porque ele tem um déficit de atenção, hiperatividade”*. Isso para quem, como eu, está na área de saúde mental há muitas e muitas décadas, é espantoso, como crianças de 2 anos são classificadas

de bipolares. Como uma porcentagem imensa de crianças toma remédios, sem que sequer se saiba os prejuízos a longo prazo que essa medicação vai causar. Como é difícil você se recusar a medicar uma criança, como é difícil você discutir que questões escolares podem ser deficiências do processo educacional daquela escola. Como é difícil conversar com os pais para dizer que a interação do casal interfere na vida daquela criança. Tudo pode ser simplificado pelo diagnóstico e pela medicação. É espantoso! Por exemplo, medicar um adolescente há quatro décadas, em geral, eu contava com muita resistência do adolescente, agora, invariavelmente, os adolescentes resistem a não serem medicados, “*porque eu vi, eu descobri na internet*”, diz o adolescente, “*eu sou bipolar, o senhor não vê isso?*”.

Renata Monteiro

A nossa próxima pergunta diz respeito àquelas questões do corpo que o senhor já adiantou, já trouxe desde o início na sua resposta. Se não me engano, a gente pode falar de duas leituras sobre o corpo, de um corpo atravessado pela linguagem e pelo simbólico, e o corpo talvez do saber médico, das neurociências, que sofre outro tipo de intervenção. Mas a gente viu, inclusive pela leitura de alguns de seus artigos, de um lugar, que talvez a gente possa falar, privilegiado do corpo na adolescência, um lugar de sofrimento, de endereçamento. Em um de seus artigos, o senhor discorre sobre uma série de comportamentos dos jovens que apontam para uma tentativa de criar pontos de identificação, baseados a partir do corpo, como *piercings*, tatuagens, comportamentos extravagantes, na busca de uma segurança identitária. Mas como a gente pode compreender, por outro lado, quando o corpo vira objeto de ataque, aí, através de outras manifestações que também têm sido mais frequentes, recentemente, aparecem mais na clínica, como os casos de anorexia, bulimia, o *cutting* e até comportamentos de risco ligados à sexualidade, ao uso de drogas. Como é que o corpo aparece como lugar identificatório, de apresentação, de construção identitária, e ao mesmo tempo, o lugar de um certo ataque?

Edson Saggese

Existe mais de uma maneira de abordar esse assunto. Uma delas é, digamos, na medida em que se concentra a busca identitária no corpo, na medida em que o adolescente, ou as exigências sociais sobre o corpo se espalham, e o adolescente se vê insatisfeito com o próprio corpo, magro, gordo, alto, baixo. Nós sabemos que um ideal, seja ele qual for, principalmente um ideal referente ao corpo, é sempre inalcançável. É como o cachorro que corre atrás do próprio rabo. Ou seja, quanto mais alguém tenta chegar perto do que seria o ideal do seu corpo, mais esse ideal avança e o indivíduo nunca consegue chegar perto desse ideal. Acontecem aí duas coisas. A primeira é que existe uma certa concentração da apresentação da identidade a partir do corpo. Eu sou o que é meu corpo e o corpo tem uma plasticidade relativa. Fazendo uma certa imagem de um elástico, o elástico tem uma plasticidade, o corpo também tem certa plasticidade, mas tem um limite. Então, na medida em que o sujeito vai querendo esticar demais essa elasticidade do corpo para moldá-lo a esse ideal que foi socializado, isso começa a produzir estragos. Por exemplo, um exemplo clássico, a anorexia. Ou seja, o ideal de um corpo magro, se espelhando nas modelos da propaganda. Vivemos também uma era de imagem, da predominância desse universo imaginário, que um pouco abala outras apresentações do eu. O eu

se apresenta como esse eu corporal, um eu imaginário. Isso começa a provocar estragos e sofrimento psíquico como, por exemplo, no caso da anorexia. Talvez não seja só isso, talvez também se acelere a propagação de certos comportamentos que serviriam para expressar sofrimento psíquico, como é o caso do *cutting*. Nós temos a internet, os celulares, que multiplicam muito a difusão de certas marcas do que seria o sofrimento psíquico. Esse alguém que se corta é identificado como alguém que está sofrendo. Por outro lado, a palavra, “*eu estou sofrendo*”, perde um pouco a força frente à imagem de um membro sangrando, de um corpo cortado, de uma série de cicatrizes. É claro que essa proliferação, essa certa contaminação do sofrimento de um pelo sofrimento de outro não é uma novidade. Sigmund Freud falava, falando da histeria, do que poderia produzir um desmaio, num dormitório de meninas, depois que uma menina, recebendo uma carta de amor, desmaia e tal, depois vêm as outras, né? Mas acho que isso foi muito multiplicado pela internet e o celular, pela difusão das imagens. Vivemos fortemente influenciados por isso. E a questão do sofrimento que é reconhecido enquanto sofrimento que se expressa no corpo, num emagrecimento extremo, no corte, no vômito, nas coisas que passam por essa identidade corporal.

Renata Monteiro

Você diria que, em última instância, o próprio suicídio?

Edson Saggese

Isso é... A minha resposta será, certamente, como todas as respostas, respostas precárias e provisórias. No meu caso, mais ainda porque eu estou começando uma pesquisa, justamente, para tentar desnudar um pouco esse imaginário que engloba tudo. O sujeito começa se cortando, depois aquilo vira uma tentativa de suicídio, e aí morre, e que há um aumento de tentativa de suicídio, porque as pessoas se cortam e perdem o controle... Eu acho que isso ainda está muito mal arranjado, né? Quer dizer, nós temos o cortar-se, por exemplo, e a tentativa de suicídio, são duas coisas em geral bastante diferentes. Uma, cortar-se, expressa isso, o que eu acabei de falar, uma forma de reafirmar: “*olha, estou sofrendo*”. Ao mesmo tempo, provoca uma maneira, uma linha de lidar com ansiedade que se localiza ali no corte, que sangra e tal. Já as tentativas de suicídio merecem talvez uma outra consideração. E também podemos dividir em graus diversos de gravidade. Creio que, sem dúvida, não podemos desvalorizar, que aquilo que falamos no começo, ou seja, que uma certa rede sociossimbólica, que vai sustentar o indivíduo jovem a amarrar-se nesse universo social, como essa rede, está frouxa, difícil de identificar pontos de ancoragem... É claro que isso pode realmente trazer, e alguns estudos apontam isso, um certo aumento de atos suicidas e, também como eu falei um pouco antes, sobretudo indivíduos mais novos, mais jovens, começam, a digamos – muito precocemente – ficar bastante desiludidos com a possibilidade de amarração na sua vida, na sua vida socioeconômica, sexual, de identidade sexual etc. Muito precocemente abalados com a dificuldade que isso traz. Mas talvez mais precocemente do que antes.

Sonia Borges

O senhor acha que faria sentido dizer que nós estamos diante de uma forma mais generalista de sofrimento? Que os jovens têm apresentado isso, buscando a morte como um dizer, como endereçamento?

Edson Saggese

Eu recorro ao que eu já disse. Ou seja, eu tenho isso muito mais como questão do que como resposta. Mas assim, previamente, respondendo a partir, não evidentemente das minhas pesquisas, mas do que já se disse, ou já se pensou, sobretudo no campo psicanalítico, é que nós temos aí pelo menos duas formas básicas de suicídio. Numa, a questão do apelo, que é algo que é mais comum, na adolescência ou não, mas na adolescência se torna muito comum pegar um punhado de comprimidos e tomar, se expor a situações perigosas, exigir e pedir a intervenção do outro. Isso é uma forma e talvez a forma mais expandida, a tentativa de suicídio como um apelo. Mas eu acho que há ainda algo mais perigoso, que é a desilusão. A desilusão muito precoce quanto à possibilidade de arranjar um lugar no mundo. Aí seria algo muito mais grave: “Não, não, não. Eu não quero que alguém me responda: eu quero sair”. É claro que são dois extremos. Entre eles, a gente pode pensar outros arranjos, e também nós temos – a partir da psicanálise – muita dificuldade de generalizar. Nós temos que nos dirigir ao sujeito no um a um. Mas é claro que, se não generalizássemos um pouco, não existiria teoria psicanalítica. Ela está em construção, mas tem bases. Então, seriam esses dois extremos quanto à questão do suicídio.

Renata Monteiro

Eu acho que nós estamos insistindo um pouco nesse tema porque é um tema polêmico. Eu estou achando muito importante ouvir que o senhor está sustentando isso como questão. A gente facilmente tira consequências, faz afirmações... A gente recortou duas situações que eu acho que trazem um pouco dessa discussão entre os jovens, entre os adolescentes. Uma foi a série que foi exibida no Netflix, *13 Reasons Why*, que fala do suicídio de uma estudante do ensino médio. Essa série passou em vários lugares do mundo, e eu acho que uma das repercussões, dos desdobramentos, foi uma associação entre a exibição dessa série e um possível aumento do número de suicídios, das tentativas de suicídio entre os jovens e adolescentes. E, ao mesmo tempo, a gente se lembrou também de um fenômeno anterior, que foi o da Baleia Azul, ocorrido pela internet, pelo jogo, que tinha como um dos destinos, o suicídio. Como é que o senhor avalia essa associação entre essas novas formas de comunicação, essas novas formas de interações midiáticas, e talvez essa propagação, pelo menos discursivamente, dessas possibilidades?

Edson Saggese

Invertendo um pouquinho a questão, a história de publicidade de suicídio não é nova. Ou seja, há muitas décadas, os grandes jornais americanos tinham um certo acordo de não divulgar muito, pelo menos os suicídios e, sobretudo, os suicídios muito espetaculares, dos jovens que fazem juras de amor e se matam... Um tipo de coisa que tinha um efeito de propagação em ondas e, enfim, isso não é recente. É claro que o desenvolvimento dos meios de comunicação, das redes sociais, deve ter aumentado a possibilidade de repercussão disso. Essa série e esses fenômenos da internet podem ter uma influência nisso. Eu digo podem porque eu não tenho acesso a dados estatísticos sobre isso. Me parece um pouco difícil de construir uma associação positiva entre esses fenômenos e o aumento de tentativas de suicídio, ou do suicídio mesmo. Acho muito difícil de construir. É uma coisa muito impressionista, eu não tenho como falar com segurança sobre isso. É claro que essa coisa é antiga, o contágio, essa identificação sobre o ponto de vista afetivo é perfeitamente

possível. Mas acho que isso não é explicação absoluta, ou a explicação única, ou a explicação mais forte. Eu acho que nós passamos mesmo por transformações do universo sócio-simbólico que têm dificultado muito essa travessia da adolescência, da juventude. Eu acho que isso é alguma coisa que transcende o simples processo de identificação com o outro a partir dessas histórias.

Sonia Borges

Em um evento do ano de 2018, de comemoração de 20 anos do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas, sua fala procurou fazer uma diferenciação entre *adolescer* e *adoecer*. Acho que, em sua resposta, o senhor está falando um pouco dessa diferenciação. O senhor poderia nos falar um pouco mais sobre esse tema?

Edson Saggese

Esse é também o título principal dessa pesquisa que eu estou iniciando, “O adolescer e o adoecer”... É um pouco esse jogo de palavras que, em português, soa de uma maneira curiosa, e é um pouco um resumo disso sobre o que nós tínhamos falado. Tanto do ponto de vista de que adolescer se torna algo mais difícil, ao mesmo tempo, isso não é um discurso absolutamente pessimista, porque se é mais difícil, também é um sinal de que nós atravessamos dificuldades no nosso processo civilizatório e a resposta virá dos jovens. A resposta não virá do passado. Essas grandes transformações tecnológicas não podem ter uma resposta regressiva. As mudanças objetivas, temos que lidar com elas, com os nossos processos subjetivos, e certamente os jovens estarão mais preparados. Ainda que passem por processos difíceis. A resposta que pode haver é uma resposta que venha do futuro, e o futuro está com os jovens. Espero, e aí não falo a partir de uma posição de saber, mas no sentido de ter esperança, que essas respostas, não só no Brasil, como em outras partes do mundo, mas no Brasil muito gravemente nos últimos tempos, possam ser menos regressivas. Ou seja, respostas que nós podemos lidar com a crise que nós passamos em diversos aspectos, não só socioeconômicos, mas também essa crise do que eu estou chamando de uma rede simbólica que sustenta nossas subjetividades. As questões que envolvem a identidade sexual, a identidade de gênero, as questões que envolvem as mudanças, no trabalho, no emprego e tal. Que nós possamos ter respostas novas, respostas que vêm do futuro e não essas que vêm do passado, que tentam nos impor e que obviamente não responderão às necessidades. As pessoas, no desespero em que nós vivemos, numa crise social séria no mundo, e em particular no Brasil, dão respostas muito regressivas, achando que nós podemos voltar a valores que não se sustentarão mais com as novas formas de vida que nós temos. Espero que as respostas também, que as respostas que poderão vir positivas, virão da juventude. Há um risco de nós passarmos um discurso de que a juventude está perdida. Não! A juventude tem dificuldades, mas quando, e se, houver alguma resposta, virá dela e não do passado.

Renata Monteiro

Eu acho que a nossa última pergunta é mais para o senhor deixar uma palavra, já que a revista tem essa proposta de ser uma revista de divulgação científica. Então ela é dirigida para profissionais fora da universidade, fora da academia, para profissionais que estejam ligados ao tema da infância e da juventude. Em sua última publicação, sobre juventude e saúde mental, o senhor alerta aos profissionais de saúde

mental sobre os perigos de uma direção clínica individualizada e padronizada do tratamento, que acabe por ofuscar a visão que está para além do indivíduo e que reduziria a ampliação das possibilidades de intervenção, incluindo, também nestas, o contexto social. O senhor poderia nos falar um pouco sobre essas possibilidades, o que seriam essas intervenções que extrapolam e ampliam para além dessa questão do indivíduo? E como os profissionais de saúde, da assistência, mas também da educação, poderiam pensar em intervenções e possíveis respostas que possam abarcar as demandas que estão cada vez mais prementes e que atendem a essas dimensões sociais? É uma pergunta longa, mas a gente ficou marcada por essa sua sensibilidade!

Edson Saggese

Vocês se colocaram e me colocaram em maus lençóis! Pedindo alguma coisa profética, alguma iluminação que eu realmente não posso dar... Quando, a coisa que eu posso fazer, é talvez dar alguns alertas, algumas coisas que vêm da minha própria experiência. Ou seja, um pouco esse jogo, adolecer e o adoecer, é um pouco um jogo que não deve ter uma resposta rápida e única, deve ser mantido aberto. Ou seja, adolecer pode ter um viés de adoecer. Mas não devemos chegar rápido demais a isso! Temos essas respostas padronizadas da moderna psiquiatria, e sua influência sobre a escola, as famílias... Nós temos sistemas peritos, padronizados que podem logo dar a resposta. Adolescência ou adoescência? Se me permitem o neologismo. Não. Isso é um primeiro alerta. Ou seja, não é que não existam situações muito graves na adolescência, que existem e merecem cuidados especializados. Mas se nós rapidamente identificarmos questões da adolescência como questões patológicas, corremos também um sério risco de não deixar que aquele indivíduo possa desenvolver as suas potencialidades e de rapidamente aprisioná-lo, por exemplo, no diagnóstico. Então, esse é um alerta. O individual e o social, é claro que eles sempre estão de mãos dadas, ninguém consegue ser um indivíduo sem um contexto social, ninguém, a sociedade não se expressa senão através de indivíduos. Então, a questão é, devemos manter um encontro individual, devemos manter uma abertura para entendermos o contexto de vida daquela pessoa que estamos encontrando. Mas, ao mesmo tempo, não devemos chegar a explicações rápidas, ou seja, o indivíduo está assim por conta dos conflitos familiares, da violência, ou está assim porque usa drogas. Essas respostas muito rápidas também são respostas muito simplistas. Nós sempre estamos em busca de soluções simples e rápidas. Eu gosto de citar uma frase do Menckel, um jornalista americano muito criativo, morto na passagem do século 19 para o século 20. Ele dizia que todas as questões complexas têm uma resposta simples, e errada. Essa é uma outra coisa, de não tentarmos rapidamente termos respostas. Por quê? Porque a criança, o adolescente, eles têm processos autorregenerativos, eles estão descobrindo caminhos deles próprios, e a gente muito rapidamente... É impressionante na clínica! Assim como encontramos situações muito difíceis, também encontramos situações que aparentemente são muito difíceis, mas que há uma transformação muito rápida, muito viva de crianças e adolescentes. Sobretudo, como eu trabalho muitos anos com adolescentes, eu vejo isso, a gente precisa esperar um pouco. Não esperar sob o ângulo da omissão, mas esperar sob

o ângulo da crença na potencialidade da juventude. Temos que esperar que os próprios processos de transformação possam agir.

Renata Monteiro Muito obrigada! Nós deixamos em aberto para que você possa falar alguma coisa que desejar.

Edson Saggese Eu gostaria de agradecer a confiança de vocês em me entrevistarem e me incluir na publicação, de acharem que eu possa dar alguma contribuição sobre o assunto. Eu agradeço, espero que isso tenha algum tipo de utilidade para os leitores.

Sonia Borges Nós é que agradecemos. Esta é uma edição especial, com o olhar mais voltado para a saúde mental. Obrigada por sua disponibilidade e participação.

Edson Saggese Na verdade, eu fico muito satisfeito, já que a DESidades vai publicar um número com esse viés, que tem sido a minha vida profissional toda, 43 anos dessa minha longa vida profissional.

Resumo O sofrimento psíquico de crianças e jovens tem sido motivo de grande discussão nos últimos anos. Tal discussão gira em torno, principalmente, de um possível agravamento desse sofrimento em função de mudanças vividas no laço social. Na entrevista, procurou-se abordar aspectos importantes relacionados à subjetividade de crianças e jovens no contemporâneo. Os perigos da chamada “patologização da vida” e suas consequências, como o aumento do apelo à medicalização, o estatuto do corpo como ponto de identificação e o aumento no número de suicídio entre jovens, estão entre as questões discutidas de maneira não alarmista, apostando na resposta que as próximas gerações poderão produzir. Discutiu-se também o papel dos pais, profissionais e da sociedade como um todo frente ao endereçamento dessas novas e diferentes formas de manifestações do sofrimento.

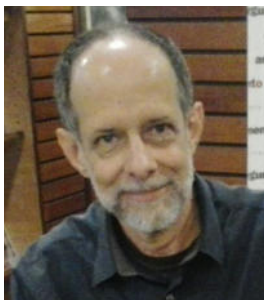
Palavras-chave: juventude, sofrimento psíquico, medicalização, corpo.

Abstract: The psychological suffering of children and youth has been highly discussed in the last few years. This discussion revolves mainly around a possible intensification of this suffering, due to changes in the experience and configuration of social bonds. The interview approaches important aspects of the subjectivity of children and youth today. The dangers of the so called “pathologization of everyday life” and its consequences, like the spike in and appeal of medicalization, the status of the body as a means of constitution of identity and the growing number of suicide amongst young people are some of the questions here discussed, refusing an alarmist tone, and betting on the answers that the next generations will be able to produce. The role of parents, professionals and society as a whole in addressing these new forms of suffering is also discussed.

Keywords: youth, psychological suffering, medicalization, body.

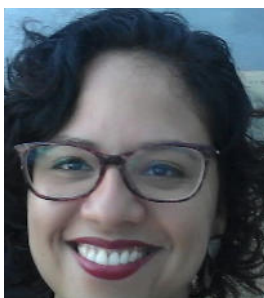
DATA DE RECEBIMENTO: 02/07/2018

DATA DE APROVAÇÃO: 30/01/2019

**Edson Saggese**

Psicanalista, psiquiatra e professor do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, onde fundou o CARIM, um dos primeiros CAPSis do país. Criou e coordena o grupo de pesquisa Proadolescer. Dentre suas últimas publicações destacam-se os livros: *Juventude e Saúde Mental: a especificidade da clínica com Adolescentes*, Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2015 e *Proadolescer: pesquisa e clínica com adolescentes na rede de saúde mental*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

E-mail: edsonsaggese@gmail.com

**Renata Alves de Paula Monteiro**

Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói), Brasil. Pesquisadora permanente do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ). Editora Associada da Revista DESidades. Coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu Psicanálise e Saúde Mental (UFF). Membro do Espaço-Oficina de Psicanálise.

E-mail: rapmonteiro2014@gmail.com

**Sônia Borges**

Psicóloga Clínica, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Pesquisadora permanente do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ). Editora Associada da DESidades – Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude.

E-mail: soniarborges@uol.com.br

Diversión, estudio y estilo. Identities juveniles en una escuela.

RESENHA POR

Erica González Apodaca

Juventude, aparência e identidade no liceu



Localizado no campo do estudo sociocultural dos jovens, particularmente dos estudantes *enquanto jovens*, o livro de Olga Grijalva analisa o tema das aparências, perguntando-se sobre seu papel na construção das identidades sociais e da conformação de grupos de pares de estudantes do nível médio-superior. Abordam-se as aparências – o vestuário, arrumação e os comportamentos associados a eles – como construções sociais e linguagens simbólicas que orientam a conformação de diferentes formas de pertença juvenil.

O estudo do caso que é consignado no livro foi desenvolvido com estudantes de um liceu público na cidade de Mazatlán, Sinaloa, no nordeste do México. A cidade escolhida é um cenário de grande diversidade de influências culturais múltiplas, do qual a autora é originária, o que adiciona à obra sua familiaridade e conhecimento do contexto de estudo.

O texto está sustentado em uma base empírica reunida em um trabalho de campo *in situ* ao longo de três períodos de aproximação. Compõe-se de notas de campo e registros de observação etnográfica em espaços majoritariamente escolares, bem como de conversas coletivas e individuais realizadas com quatorze grupos de jovens (seis de meninos, seis compostos por mulheres e dois mistos), diversos na sua origem e composição social, além de três professoras e uma mãe de família. O envolvimento da autora no trabalho de campo permitiu que as conversas abarcassem uma gama temática extensa, mas não rígida, que se reorientou no diálogo e incorporou temas significativos para os mesmos estudantes. A descrição fina do trabalho de campo e do trabalho analítico informado pela teoria dá conta de um processo de pesquisa cuidadoso, que produz um texto rico em matizes, revelador da diversidade de sentidos que envolvem a produção da aparência nos jovens e sua relevância como um fator, entre outros, de pertença e identificação com pares significativos.

A análise se distancia de uma perspectiva reproducionista centrada na classe como categoria definidora das identidades juvenis. Sem esquecer a influência das estruturas sociais, a autora adota uma abordagem sociocultural, de base etnográfica e hermenêutica, segundo a qual as aparências juvenis condensam um conjunto de bens simbólicos que comunicam valores, concepções e significados, cuja seleção é significativa para estabelecer vínculos de identificação e construir subjetividades, tanto com aqueles relacionados a essas aparências, quanto frente aos outros diferentes. Se subscreve uma conceitualização dos estudantes *enquanto jovens*, e da escola e da experiência escolar além dos seus fins acadêmicos, como espaço de vida juvenil.

Um olhar de grande peso no trabalho é a concepção dos jovens como sujeitos com agência, ativos na definição das suas identidades e fazendo eleições e decisões que as modelam, dentro das estruturas sociais e cursos históricos. Os jovens deste estudo constroem as próprias rotas de configuração e significação das suas identidades sociais, as quais, segundo mostra a autora do livro, não são redutíveis nem à resistência nem à assimilação cultural.

O livro se compõe por uma introdução, um capítulo de revisão do estado da arte, três capítulos analíticos e uma seção conclusiva que recupera os principais resultados. A introdução proporciona o marco geral do estudo, descrevendo seu enquadramento teórico-metodológico, os dados do contexto em que se desenvolveu o trabalho de campo e o foco nos estudantes, suas experiências e suas vozes, como sujeitos de estudo.

O segundo capítulo nos oferece as coordenadas dos estudos sobre jovens e, em particular, da pesquisa sobre estudantes *enquanto jovens*. Tem a virtude de introduzir o leitor no amplo debate sobre a conceitualização da juventude, no qual se tem transitado por critérios etários, de classe e de moratória social, e tem-se aberto conceitualizações socio-culturalmente localizadas que tentam apreender a diversidade de contextos e fatores heterogêneos que rodeiam a condição juvenil, além de documentar suas tensões e construções situadas e históricas. O campo de pesquisa tem mostrado que a configuração das identidades sociais juvenis se compreende articulada às redes familiares, de pares, de amizade e em circuitos escolares, laborais,

profissionais e migratórios; igualmente, o estudo de suas práticas sociais mostrou seu dinamismo e transformação constante, e a perspectiva processual ou diacrônica tem mostrado trajetórias juvenis múltiplas e desiguais. Como mostra este mesmo estudo, as realidades heterogêneas dos jovens nem sempre convergem em direção aos estereótipos difundidos pela mídia, nem necessariamente supõem um consumo uniforme no mercado de bens simbólicos.

Neste espectro, a autora se pergunta pelas aparências, pelo seu papel nas identidades dos jovens e na conformação de grupos de pares, temática que conduz de forma transversal os diferentes capítulos. Ao mesmo tempo, este objeto de estudo se articula a numerosos aspectos das subjetividades juvenis que resultam muito significativos: entre eles, destacam-se, por exemplo, a influência das famílias, a mídia, o consumo e a moda na construção das identidades sociais dos jovens, ou o papel das relações de parceria, amizade e do âmbito da sexualidade como dimensões nas quais se negociam e experimentam as imagens de si mesmos no espelho do *outro* e dos outros significativos.

Os três capítulos centrais abordam diferentes dimensões do objeto de estudo. O terceiro capítulo descreve os grupos de pares, no quarto, identificam-se e analisam-se os estilos estéticos e, no quinto capítulo, abordam-se as práticas sociais juvenis entre o estudo e a diversão. Cada capítulo está elaborado a partir de dados empíricos em diálogo com os conceitos teóricos, e o leitor goza da abundância de descrições etnográficas e categorias sociais próprias dos atores. A soma é um olhar analítico integral, que não impede que cada parte do texto mantenha sua independência.

Os grupos de jovens, sua configuração e o peso que têm na construção das subjetividades dos seus membros é a primeira aproximação aos sujeitos de estudo. A autora explora uma amostra de quatro díades e dez grupos de estudantes com diferentes composições de gênero, nos quais é notória a diversidade de características, elementos distintivos e imagens de si que representam seus *horizontes de inteligibilidade*. Frequentemente, os traços pelos quais se definem os grupos de pares contrastam com estereótipos socialmente aceitos; assim, por exemplo, um grupo de jovens procedentes do campo cujas famílias se dedicam a atividades rurais, se auto define com formas que rompem a imagem de pessoas rudes ou com faltas de sensibilidade. A autora mostra que o *conceito de si mesmo* dos jovens constitui um guia de conduta para obter a aprovação social nos grupos de pertença e incide na construção das suas subjetividades.

O terreno das estéticas juvenis, abordado no quarto capítulo, mostra uma diversidade de *linguagens* estéticas que condensam significados socialmente compartilhados que expressam posições e identidades sociais mediadas pelo consumo e por condições de gênero, etnia e condição social, embora essas não condicionem mecanicamente as eleições, que também expressam a individualidade e a intenção de genuinidade dos seus sujeitos. Num aporte significativo ao estudo de jovens de cidades médias, a autora mostra que a variabilidade e o dinamismo dessas construções são uma constante não somente entre grupos de pares, mas também no interior dos mesmos e entre diferentes situações, âmbitos, acontecimentos e relações sociais. Diferentemente da literatura sobre juventudes majoritariamente urbanas, que cunham os diferentes conceitos de

bandas juvenis, tribos ou culturas juvenis, neste caso, nota-se que os jovens adaptam suas eleições e modificam suas aparências em diferentes âmbitos de interação. Portanto, mais do que um catálogo de estilos estéticos *próprios* e adotados das culturas juvenis ou da mídia, as aparências são dinâmicas e se constroem de forma estratégica e situacional. Os estudantes são ativos na construção e uso social dessas linguagens que constituem marcos de sentido.

Através de descrições e cruzamentos comparativos entre os membros dos grupos de pares, a autora identifica sete estilos estéticos: *boricua*¹, *metaleiro*, *praiano*, *chero*², *fashion*, estilo juvenil convencional e estilo informal. Estes se constroem numa dinâmica de afinidades e oposições, por exemplo, preferências que se apegam às tendências hegemônicas de consumo de moda, em contraste com estilos expressamente *anti-moda* e elementos da contracultura global, que se distanciam das aparências dominantes. Também se identificam estilos conservadores ou convencionais que incorporam elementos das culturas regionais e locais; estilos de corte híbrido que não se identificam com uma tendência em particular. Evidentemente, essas estéticas não se constroem autocontidas, mas em relação aos contextos sociais e culturais dos jovens. O capítulo mostra que suas subjetividades também se afirmam na rejeição às aparências dos outros, ou a certos aspectos das mesmas, com atitudes que vão da tolerância à discriminação.

O último capítulo fecha a análise abordando o âmbito das práticas sociais dos jovens estudantes. Destaca-se uma tensão presente entre práticas orientadas à diversão e atividades juvenis majoritariamente focadas no estudo, nas quais os jovens participam de maneira diferencial. A partir de testemunhas colhidas das conversas e da observação *in situ*, observa-se que as definições juvenis em direção a um ou outro âmbito se vinculam às formas de se identificar, da ideia de si e do tipo de grupos de pares que integram.

Mais uma vez, como é constante no livro todo, fica evidente a heterogeneidade de significados associados a práticas de diversão e estudo entre os grupos de pares e ao interior deles, bem como a complexidade das interações que estabelecem os jovens nos seus entornos escolares e sociais. A autora categoriza três grupos: primeiro, os jovens que optam por uma práxis focada na diversão como fonte das suas identidades, cujas atividades fazem sentido na experiência de um presente coletivo que, segundo diversos teóricos, constitui uma reação frente aos contextos adversos e à falta de alternativas que oferece a sociedade; nesse grupo, as atividades de ócio esportivo, casual ou comercial, têm como último sentido a construção de um espaço juvenil, mas, além disso, seus comportamentos disruptivos e agressivos na escola costumam conduzir à construção de estigmas sobre suas pessoas. Como contraste, os jovens que fazem do estudo sua principal fonte de identificação se definem em oposição aos primeiros e participam de comportamentos e práticas distintas: ser sérios, usar

1 Originário de Porto Rico.

2 Grupo de jovens estudantes que se identificam com o “*ranchero*”, que por sua vez é uma alusão aqueles que vivem em um ambiente rural, particularmente no centro norte do México.

vestimenta mais formal, conversar, cumprir com tarefas acadêmicas e dar a suas experiências um sentido de futuro. Finalmente, um terceiro setor se compõe de jovens que implementam estratégias para articular as práticas de diversão e de estudo, em tempos e espaços definidos, não sem tensões e contradições. A partir de influências diversas, nas que se destacam a família, a mídia e os mesmos grupos de pares, os jovens fazem escolhas sobre si mesmos e constroem suas identidades em marcos relacionais: identificam-se com aqueles “outros” que percebem próximos e se definem frente a quem não compartilha seus gostos e comportamentos, identificações que, no dizer da autora, também atribuem a cada grupo um determinado espaço social.

A seção de reflexões finais assinala os principais achados do estudo, alguns dos quais tenho apontado nestas linhas e muitos outros tenho deixado em suspenso. Indico a leitura de um trabalho com relevância acadêmica e social, que contribui para mostrar a diversidade e complexidade dos mundos juvenis dos estudantes de liceu, ao mesmo tempo em que aporta a compreensão da agência social juvenil, a reflexividade e os sentidos que orientam suas decisões e significações na empresa de se construir a si mesmo, e que aprofunda substantivamente o tema das aparências como um âmbito complexo da produção cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRIJALVA MARTÍNEZ, O. *Diversión, estudio y estilo. Identidades juveniles en una escuela*. Córdoba, Argentina: Editora Brujas, ICEUABJO, 2018.

Palavras-chave: juventudes, estéticas, identidades juvenis.

DATA DE RECEBIMENTO: 27/01/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 15/02/2019

Erica González Apodaca

Doutora em Ciências Antropológicas. Professora de Pesquisa no Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social, Unidade Pacífico Sul, localizada em Oaxaca, México. Pertence à Especialização em Antropologia da Educação no México. É membro do Conselho Mexicano de Pesquisa Educacional (COMIE), do Colégio de Etnologistas e Antropólogos Sociais (CEAS) e do Sistema Nacional de Pesquisadores (SNI).

Email: erica.glz.apodaca@gmail.com

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de Dezembro de 2018 a Março de 2019 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 A criança e o mar: saberes e infâncias em ambientes costeiros na Amazônia (ISBN 978-85-473-2365-3)**
Autor: Jéssica do Socorro Leite Corrêa
Editora: Appris, Curitiba, 149 páginas.
- 2 A educação brasileira – sob a luz de novos tempos (ISBN 978-85-7854-358-7)**
Autor: Roberto Giancaterino
Editora: Wak, Rio de Janeiro, 296 páginas.
- 3 A educação no quilombo e os saberes do quilombo na escola (ISBN 978-85-473-1257-2)**
Autora: Patrícia Gomes Rufino Andrade
Editora: Appris, Curitiba, 213 páginas.
- 4 Adolescente, ato infracional e serviço social no judiciário - trabalho e resistência (ISBN 9788524927041)**
Autoras: Cilene Terra e Fernanda Caldas de Azevedo
Editora: Cortez, São Paulo, 160 páginas.
- 5 Adolescentes na contemporaneidade: desamparo e laços fragilizados em meio aos ideais da sociedade de consumo (ISBN 9788559683264)**
Autor: Vinicius Romagnolli Rodrigues Gomes
Editora: Gramma, Rio de Janeiro, 250 páginas.
- 6 AKPALÔ: compondo linguagens africano-brasileiras para o currículo da educação infantil de Santo Amaro de Ipitanga (ISBN 9788578873363)**
Autora: Rosângela Accioly Lins Correia
Editora: EDUNEB, Salvador, 201 páginas.
- 7 Consumo cultural nas práticas juvenis (ISBN 978-85-473-2143-7)**
Autora: Cleusa Albilá de Almeida
Editora: Appris, Curitiba, 137 páginas.
- 8 Criança, consumo e publicidade (ISBN 9788551909171)**
Autoras: Josiane Rose Petry Veronese e Sandra Muriel Zadróski Zanette
Editora: Lumen Juris, Rio de Janeiro, 176 páginas.
- 9 Criança e a experiência afetiva com a natureza (ISBN 978-85-473-0768-4)**
Autora: Zemilda do Carmo Weber do Nascimento dos Santos
Editora: Appris, Curitiba, 238 páginas.

- 10 **Crimes sexuais praticados no ambiente virtual contra crianças e adolescentes (ISBN 9788551906880)**
Autora: Gisele Porto Barros
Editora: Lumen Juris, Rio de Janeiro, 188 páginas.
- 11 **Derecho a la educación y pedagogías. Aportes para un pensamiento pedagógico del siglo XXI (ISBN 978-987-3805-30-1)**
Autores: Alejandra Birgin, Florencia Finnegan, Rafael Gagliano, Marcelo Krichesky, Graciela Misirlis e Myriam Southwell
Editora: UNIPE Editorial Universitaria, La Plata, 104 páginas.
- 12 **Disonancias y consonancias. Reflexiones sobre música, educación y discapacidad (ISBN 978-84-17133-46-7)**
Organizadores: Brenda Berstein, Alan Courtis e Ariel Zimbardo
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 192 páginas.
- 13 **Educação democrática: antídoto ao Escola Sem Partido (ISBN 978-85-92826-16-1)**
Organizadores: Fernando Penna, Felipe Queiroz e Gaudêncio Frigotto
Editora: EDUERJ, Rio de Janeiro, 192 páginas.
- 14 **Educação em direitos humanos na América Latina (ISBN 978-85-8438-212-5)**
Organizador: Luciano Meneguetti Pereira
Editora: Boreal, Birigui, 416 páginas.
- 15 **Educação infantil - a luta pela infância (ISBN 9788544903001)**
Autores: Anete Abramovicz e Afonso Canella Henriques
Editora: Papirus, Campinas, 288 páginas.
- 16 **Educação infantil e identidade étnico-racial (ISBN 9788547321918)**
Autora: Arleandra Cristina Talin do Amaral
Editora: Appris, Curitiba, 181 páginas.
- 17 **Educação na família e na escola – tecnologias, inclusão e ensino (ISBN 978-85-7854-458-4)**
Autor: Eugênio Cunha
Editora: Wak, Rio de Janeiro, 96 páginas.
- 18 **Educación Inclusiva: Teorías y prácticas de enseñanza en las escuelas primaria (ISBN 978-950-892-562-6)**
Autor: José María Tomé
Editora: Lugar Editorial S.A, Buenos Aires, 174 páginas.
- 19 **Educar sin manipular: pedagogía y sensatez para docentes y familias (ISBN 9788427725515)**
Autor: José Bernardo Carrasco
Editora: Narcea, Ciudad de México, 144 páginas.
- 20 **Enfrentamento do bullying no ambiente escolar (ISBN 9788546213795)**
Autora: Núbia Célia Carneiro
Editora: Paco Editorial, Jundiá, 128 páginas.

- 21 **Enlaces e desenlaces na adolescência (ISBN 9788594940162)**
Autora: Carla Almeida Capanema
Editora: Scriptum, Belo Horizonte, 198 páginas.
- 22 **Entre acordes das relações de gênero: a orquestra jovem da escola “Padre Luis de Castro Brasileiro” em União-Piauí (ISBN 978-85-7826-647-9)**
Autora: Maria Dolores dos Santos Vieira
Editora: EdUECE, Fortaleza, 247 páginas.
- 23 **Enseñar y aprender en contextos interculturales. Saberes, herramientas y experiencias de educación internacional (ISBN 978-84-17133-44-3)**
Coordinadoras: Karina Felitti e Andrea Rizzotti
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 304 páginas.
- 24 **Escolarização, culturas e instituições: escolas étnicas italianas em terras brasileiras (ISBN 978-85-7061-916-7)**
Autora: Terciane Ângela Luchese
Editora: EDUCS, Caxias do Sul, 288 páginas.
- 25 **Escuelas en contexto rural: Los vínculos pedagógicos en la nueva ruralidade (ISBN 978-987-538-647-1)**
Organizadora: Carina Rattero
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 146 páginas.
- 26 **Escuela secundaria y gestión directiva: preceptores y tutores como pareja pedagógica. Más allá de la disciplina, más acá del cuidado (ISBN 978-987-538-555-9)**
Autora: Dora Niedzwiecki
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 128 páginas.
- 27 **Escritas da cidade: juventudes e resistências nas periferias de Salvador (ISBN 978-85-473-1075-2)**
Autora: Daniela Abreu Matos
Editora: Appris, Curitiba, 279 páginas.
- 28 **Etnicidades e infâncias quilombolas (ISBN 978-85-444-2966-2)**
Autores: Wesley Santos de Matos e Benedito Eugenio
Editora: CRV, Curitiba, 96 páginas.
- 29 **Experiencias mundiales de ciudadanía de la infancia y adolescência (ISBN 978-85-237-1332-4)**
Autoras: Maria de Fatima Pereira Alberto e Antonia Picornell Lucas
Editora: EDUFPB, João Pessoa, 195 páginas.
- 30 **Funk ostentação: SP-ZN (ISBN 978-85-473-2249-6)**
Autor: João Marcelo Brás
Editora: Appris, Curitiba, 145 páginas.
- 31 **Historia reciente y construcción de la memoria colectiva en la escuela primaria (ISBN 978-950-892-564-0)**
Autora: Sara Silvia Halpern
Editora: Lugar Editorial S.A, Buenos Aires, 156 páginas.

- 32 **Infância, educação e trabalho: o (des)enrolar das políticas públicas para a erradicação do trabalho infantil no Brasil (ISBN 978-85-473-1721-8)**
Autora: Sarita Aparecida de Oliveira Fortunato
Editora: Appris, Curitiba, 253 páginas.
- 33 **Infância e seus lugares: um olhar multidisciplinar (ISBN 9788546211906)**
Autor: HÉlvio Alexandre Mariano
Editora: Paco Editorial, Jundiaí, 292 páginas.
- 34 **Infância, liberdade e acolhimento: Experiências na educação infantil (ISBN 9788532311054)**
Autora: Vitória Regis Gabay de Sá e Tânia Campos Rezende
Editora: Summus editorial, São Paulo, 248 páginas.
- 35 **Innovar en educación sí, pero ¿cómo?: mitos y realidades (ISBN 9788427725546)**
Autor: André Tricot
Editora: Narcea, Ciudad de México, 128 páginas.
- 36 **Instituições, histórias e culturas escolares (ISBN 978-85-7061-929-7)**
Organizadoras: Terciane Ângela Luchese e Cassiane Curtarelli Fernandes
Editora: EDUCS, Caxias do Sul, 296 páginas.
- 37 **Intervención escolar centrada en soluciones: conversaciones para el cambio en la escuela (ISBN 9788425440342)**
Autores: Marga Herrero De Vega e Mark Beyebach
Editora: Editorial Herder, Ciudad de México, 416 páginas.
- 38 **Itinerários e singularidades da institucionalização e expansão da escola primária no Brasil (1930-1961) (ISBN 978-85-7628-753-7)**
Organizadoras: Alessandra Cristina Furtado, Analete Regina Schelbauer e Rosa Lydiá Teixeira Corrêa
Editora: EDUEM, Maringá, 316 páginas.
- 39 **Juventude da periferia: do estigma ao modo de vida (ISBN 978-85-473-1959-5)**
Autora: Renata Fornelos d'Azevedo Ramos
Editora: Appris, Curitiba, 181 páginas.
- 40 **Juventudes e infancias en el escenario latinoamericano y caribeño actual (ISBN 978-607-479-278-2)**
Organizadores: Melina Vázquez, María Camila Ospina e María Isabel Domínguez García
Editora: CLACSO, Universidad de Manizales e CINDE, 316 páginas.
- 41 **La Educación Estética en la perspectiva transdisciplinar (ISBN 978-959-07-2260-8)**
Autor: Pablo René Estévez Rodríguez
Editora: Editorial Universitaria Félix Varela, La Habana.
- 42 **Legado para a juventude brasileira: reflexões sobre um Brasil do qual se orgulhar (ISBN 9788501115874)**
Autores: Fernando Henrique Cardoso e Daniela de Rogatis
Editora: Record, Rio de Janeiro, 252 páginas.

- 43 Lineamientos para investigar y evaluar innovaciones educativas: Principios y herramientas para docentes que investigan y evalúan el cambio (ISBN 9789587747331)**
Autores: Gary Cifuentes e Andrés Caldas Quintero
Editora: Universidad de los Andes, Bogotá, 108 páginas.
- 44 Lo cotidiano en la escuela (ISBN 9789561125919)**
Autores: Valdivia Barrios e Jenny Assael Budnik
Editora: Editorial Universitária, Santiago, 296 páginas.
- 45 Luz, câmera e ação: filmes na prática clínica infantil ((ISBN 978-85-95011-144)**
Organizadora: Vanina Cartaxo
Editora: Synopsis, Novo Hamburgo, 480 páginas.
- 46 Medidas socioeducativas e o ato infracional (Do ECA ao SINASE) (ISBN 9788551905739)**
Autor: Rodrigo Zoccal Rosa
Editora: Lumen Juris, Rio de Janeiro, 172 páginas.
- 47 Narrativa de crianças na sociedade da imagem (ISBN 978-85-473-1396-8)**
Autora: Adriana Hoffmann Fernandes
Editora: Appris, Curitiba, 279 páginas.
- 48 Nem trabalha nem estuda? Desigualdade de gênero e raça na trajetória das jovens da periferia de Brasília (Editora 978-85-473-1996-0)**
Autora: Ismalia Afonso
Editora: Appris, Curitiba, 139 páginas.
- 49 Os jovens e a história: Brasil e América do Sul (ISBN 978-85-7798-236-3)**
Organizador: Luis Fernando
Editora: EdUEPG, Ponta Grossa, 332 páginas.
- 50 Pedagogias descolonizadoras e infâncias: por uma educação emancipatória desde o nascimento (ISBN 9788559131369)**
Organizadora: Solange Estanislau dos Santos
Editora: EDUFAL, Maceió, 167 páginas.
- 51 Pedagogia e psiquiatria: um estudo sobre relações entre campos (ISBN 978-85-473-1312-8)**
Autora: Katia Cristina Silva Forli Bautheney
Editora: Appris, Curitiba, 179 páginas.
- 52 Pesquisas e experiências sobre formação no contexto da educação de jovens e adultos (ISBN 978-85-232-1790-7)**
Organizadores: Tânia Regina Dantas, José Jackson Reis dos Santos e Ana Paula Silva da Conceição
Editora: EDUFBA, Salvador, 198 páginas.
- 53 Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo (ISBN 978-85-205-0827-5)**
Autoras: Claudia Fonseca, Chantal Medaets e Fernanda Bittencourt Ribeiro
Editora: Sulina, Porto Alegre, 246 páginas.

- 54 Primeiras experiências com o racismo: crianças negras, práticas parentais e mediação**
(ISBN 978-85-391-0907-4)
Autores: Francisco Leite e Leandro Leonardo Batista
Editora: Annablume, São Paulo, 310 páginas.
- 55 Privatización de lo público en el sistema escolar. Chile y la agenda global de educación**
(ISBN 978-956-00-1134-3)
Autores: Carlos Ruiz Schneider, Leonora Reyes e Francisco Herrera Jeldres
Editora: Lom Ediciones, Santiago, 366 páginas.
- 56 Rap, rappers e juventude de periferia: legitimidade social e múltiplos sentidos**
(ISBN 978-85-473-0304-4)
Autor: Gibran Luis Lachowski
Editora: Appris, Curitiba, 193 páginas.

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no [site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ](#), seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc externos ao corpo editorial, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. Em casos de controvérsia entre os dois pareceristas, um terceiro será consultado. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
7. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pautarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real**: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.observatorio-nacional-de-los-derechos-del-nino-y-del-adolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. Citações e notas.

- As citações indiretas de autores, no corpo do texto, devem seguir a forma: Autor (data)ou (Autor, data). Exemplos:

Segundo Cordeiro (2008)...

(Lima, 1999)

(Torres; Castro, 2009)

(Castro; Correa, 2005; Cordeiro, 2008).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
 - Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, com a indicação: (Autor, ano, p.).
 - As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto.
 - As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).
9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverá ser utilizado itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a cinco mil palavras (incluindo referências e resumo).
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, o resumo, título e palavras-chave em inglês serão solicitados aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
6. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, o resumo, título e palavras-chave em inglês serão solicitados aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no site da *DESIDADES*, no portal de revistas UFRJ. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à *Desidades* sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

DESIDADES

*Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude*

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br

